



# AH

## ARQUEOLOGIA & HISTÓRIA

Revista da Associação  
dos Arqueólogos Portugueses

Volumes 64-65  
2012-2013

---

150 ANOS  
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

---

  
ASSOCIAÇÃO  
DOS ARQUEÓLOGOS  
PORTUGUESES



# TEMPOS DE ESPERANÇA

## A ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES E A 1.<sup>a</sup> REPÚBLICA (1910-1926): CONTINUIDADES E MUDANÇAS

---

Jorge Custódio

Investigador do Instituto de História Contemporânea / jmrcustodio@gmail.com

### Resumo

Neste estudo, integrado nos 150 anos da Associação dos Arqueólogos Portugueses (1863-2013), pretende-se abordar a história desta sociedade durante o período republicano (1910-1926). A mudança de regime político teve consequências importantes numa sociedade constituída durante o período da monarquia constitucional. Para além dos efeitos sociais imediatos, assiste-se a mudanças estatutárias que modernizam a vida da Associação (AAP), adequando-a à legislação vigente. A AAP abre as suas portas a outros grupos sociais e intervêm, de modo mais consequente, na política cultural e na defesa e protecção do património cultural português. Dada a sua implantação territorial, a AAP consegue exercer uma grande influência cultural no país, observa-se a sua participação na Comissão dos Monumentos.

**Palavras-Chave:** História Cultural, Associativismo, Património Cultural, Monumentos Históricos, Museus, República Portuguesa, Conservação e Restauro.

### Abstract

In this study built on 150 years of the Association of Portuguese Archaeologists ( 1863-2013 ), aims to address the history of this society during the Republican period ( 1910-1926 ). The change of political regime had important consequences in a society born during the period of the constitutional monarchy. Beyond the immediate social effects are witnessing statutory changes were introduced, adapting it to the current legislation. The AAP opens its doors to other social groups and intervenes in a more consistent manner, in cultural politics and the conservation and protection of the Portuguese cultural heritage. As a result of its implantation at national level, this Association plays an important cultural role, participating actively in the National Monuments Commission.

**Keywords:** Cultural History, Associativism, Cultural Heritage, Historic Monuments, Museums, Portuguese Republic, Conservation and Restoring.

«A Associação dos Arqueólogos Português absolutamente estranha a qualquer partido político, tem como fim exclusivo da sua existência guardar as preciosidades arqueológicas e artísticas, sejam elas de que natureza forem, disseminando por toda a parte e por todas as formas o amor da arqueologia e da arte»

(Nogueira de Brito, Acta 76, de 15 de Novembro de 1912)

Em 5 de Outubro de 1910, a Associação dos Arqueólogos Portugueses (AAP) era já uma sociedade científica, artística e cultural de prestígio nacional e de reconhecido alcance internacional. Gozava, desde o terceiro quartel do século XIX de “simpatia pública” e voz na imprensa portuguesa. Era apreciada pela sua atitude de intervenção e crítica nos assuntos de arquitectura, de arqueologia e de arte, colaborando com o Estado em matérias de classificação, de salvaguarda, de conservação e de restauro do património monumental, arquitectónico, artístico e documental de Portugal. Nenhuma sociedade deste género existia no país, como afirmara Adolfo Ferreira Loureiro, presidente da Associação, em 22 de Novembro de 1909 (fig. 1), pelas características especiais da sua orgânica, da conjugação de esforços de cooperação dos seus associados e pelo modo como se implantara no território nacional, do Minho e de Trás-os-Montes ao Algarve, ou da forma como agia em defesa dos valores da «Tradição».

Em vésperas do seu cinquentenário, a AAP viveu os primeiros três anos de República numa situação assaz vantajosa do ponto de vista da sua continuidade e do seu legado cultural. Em 22 de Novembro de 1909 modernizara-se de acordo com novas regras de funcionamento estatutário, libertando-se dos seus primitivos vínculos ao modelo societário que acabara por cair na Rotunda, em 5 de Outubro. Operara-se a mudança dos estatutos, subscrita em 1907, por quarenta e dois associados, garantindo assim uma maior permeabilidade à intelectualidade das novas gerações de arquitectos e arqueólogos, ligadas a outros princípios políticos (Acta n.º 25, de 28 de Junho de 1907, *Boletim da AAP*, XI, 3: 212-214). A defesa do seu legado foi subscrita

pela independência como assistiu à mudança do regime, cortando a coroa real da sua designação oficial, mantendo a autonomia, apesar do elemento monárquico existente nas suas fileiras, deixando vicejar os associados próximos dos novos ideários políticos, tornando-se imune, a partir de 1912, ao conflito partidário republicano, em nome dos seus fins estatutários e inscrevendo na sua *praxis* associativa o código ético que, doravante, acompanhará os horizontes da sua independência política e a exclusividade da acção cívica e educativa.



Figura 1 – Adolfo Ferreira Loureiro. Fotografia de Vital & Fonseca Photographos – Calçada do Combro, 29 – Rua de Belver, 6, Lisboa. Cerca de 1900. AHAAP. Primeiro presidente do período republicano, em efectividade de funções entre 1909-1911.

Na realidade, a AAP mostrou um grau de participação na vida cultural portuguesa sem paralelo embora, em 1910, outras instituições e corporações de carácter oficial ou estatutário continuassem a exercer a sua acção e influência em áreas culturais afins dos seus objectivos. Depois da implantação do liberalismo, as Academias de Belas Artes, a Academia de

Ciências de Lisboa e a Biblioteca Nacional tiveram alguma influência nas primitivas políticas de protecção do património monumental, histórico, artístico e arqueológico. Todavia, entre a Regeneração e a tentativa de Reforma das Belas Artes (1875) nada de verdadeiramente fundamental acontecera para a criação do sistema de protecção e preservação do património português que pudesse de facto colocar Portugal ao lado do que fazia, desde 1830, no seio das nações europeias. Adiam-se decisões, perdiam-se bens artísticos, históricos e arqueológicos de valor educativo e cultural que punham a nu, a nível internacional, o atraso civilizacional da nação portuguesa.

A história da associação, independentemente dos objectivos que se pretenderam implementar, requer ser compreendida a partir da mudança da composição dos seus quadros associativos, que se reflectiu na própria denominação. Inicialmente, a associação mostra querer ser um organismo corporativo, procurando a defesa dos arquitectos civis e dos arqueólogos na sociedade portuguesa e do lugar da arquitectura, da sua história e valores históricos. O interesse da arqueologia afirma-se uns anos depois (1872), ainda que em simultâneo com as intenções do Estado motivadas pela participação de Carlos Ribeiro no Congresso Internacional de Bruxelas, em 1875, que levará à constituição da Comissão Geológica. Aquele facto teve relevância na alteração da designação e dos objectivos associativos. A perda gradual dos objectivos corporativos de defesa dos valores profissionais da arquitectura irá reflectir-se na cisão de 1902, altura em que, com a criação da Sociedade dos Arquitectos Portugueses, se restringiu a esfera da sua actuação à arqueologia, enquanto que a arquitectura e a construção passaram a ser entendidas na dupla asserção de história dos edifícios notáveis e de protecção do património. A manutenção de alguns dos arquitectos nas fileiras da AAP permitiu continuar objectivos e secções criadas anteriormente.

Tendo em conta esta panorâmica da actividade associativa e pública da AAP pretendemos, neste estudo, analisar qual foi a sua actividade e relevância durante o período republicano. Perceber as mu-

danças e as continuidades do seu ser social, entre 1910 e 1926. Devemos identificar em primeiro lugar o legado associativo e patrimonial recebido pelos novos dirigentes do Carmo e como moldaram essa herança aos novos desafios sociais, colocados pela nova orgânica institucional e pelos conceitos de salvaguarda e conservação dos bens patrimoniais. Saber como conjugaram tradição e modernidade no novo quadro do alargamento social dos valores culturais. Outrossim, quanto aos caminhos traçados para a prossecução dos seus fins, atendendo à participação pública e ao desenvolvimento do Museu do Carmo ou da arqueologia portuguesa.

## **1. O LEGADO ASSOCIATIVO E PATRIMONIAL**

Nos momentos chave da história cultural de uma instituição, o confronto entre o novo projecto estatutário e a herança passada impõe-se como condição essencial da sua sobrevivência ou da sua afirmação futura. Na AAP estão detectadas diversas crises de crescimento antes da implantação da República, sinais evidentes da sua actividade e da adaptação constante às realidades políticas, sociais e culturais de cada época. Embora vigorasse como esteio essencial do conceito associativo, como factor de unidade de discussão democrática e de colaboração entre todos os seus membros, uma associação não se encontra imune às mudanças históricas e, neste caso, a alteração de regime reflectiu-se no interior da associação, muito mais do que possa parecer. Como explicar a necessidade de alterar Estatutos, se não for motivada pelas mudanças das realidades históricas?

A experiência das crises de crescimento da AAP, mostrava às novas gerações as etapas de desenvolvimento do projecto cultural público e o modo de ser associativo, bem como a recepção da sua actividade pelos diferentes sectores sociais relacionados com os seus fins estatutários. Ao fim de quase 50 anos de vida, o legado associativo encontrava-se constituído, consciencializado pelo núcleo dirigente mais activo, como se fosse um distintivo especial da natureza da organização no seio da sociedade portuguesa contemporânea. Se atendermos ao modelo de sucessão governativa dos seus quadros internos

– assente na continuidade de dirigentes de triénio para triénio – pode perceber-se a lógica da continuidade que se impôs como espinha dorsal da sua actividade. Observando, o acervo das actas da AAP, tanto as da Assembleia Geral como as da Direcção, percebem-se os caminhos traçados da continuidade e também da mudança, que se reflectem gradualmente na sua história cultural. Este é o aspecto essencial que se pode retirar da sua vida associativa, que projecta aquilo que se concebeu, se projectou, se quis e aquilo que, na realidade, veio a materializar-se ao longo do tempo.

No momento de viragem republicana – um choque político para muitos dos seus quadros associativos vinculados à tradição monárquica – a AAP manifestava dispor de um capital cultural de enorme significado social, passível até de ser aproveitado pela nova geração de associados, ligados à renovação cultural dos últimos treze anos (1897-1910), isto é, depois da morte de Possidónio da Silva. Estes novos quadros associativos tinham quase todos ingressado na AAP antes de 1910 e entre eles estavam destacados adeptos do republicanismo: Adães Bermudes, José Queiroz, José Alexandre Soares, Rosendo Carvalheira, José Pessanha, Arthur Lamas, Costa Campos, Gustavo de Matos Sequeira e Félix Alves Pereira.

Em primeiro lugar, o legado mostrava claramente o papel desempenhado na dignificação e defesa dos arquitectos portugueses e do seu papel criativo na sociedade portuguesa contemporânea. Este aspecto, ainda se mantinha vivo em 1910, embora tivesse sido criada a Sociedade dos Arquitectos Portugueses, pois muitos deles, enquanto sócios efectivos, mantiveram-se dentro da AAP, atendendo à sua origem fundacional e trabalhando nos problemas da conservação dos monumentos. O novo «grémio» impusera-se face à diluição dos princípios classistas que tinham norteado a geração dos fundadores, tendo como paladino Possidónio da Silva na defesa do seu lugar na sociedade, tanto a nível nacional, como internacional. Todavia, a natureza dos estudos superiores de arquitectura, que punham em evidência, naquele tempo, as relações entre a

história, a arte e a arqueologia, as teorias e práticas de restauro arquitectónico e a definição de diferentes escolas de conservação e restauro (francesa, inglesa e italiana), dispunham de um centro de debate científico no seio da AAP, que lhes permitia intervir na crítica patrimonial, na denúncia de intervenções de restauro menos avisadas, exercendo a sua influência nas comissões e conselhos superiores dos monumentos nacionais.

A AAP, dada a sua implantação nacional, estava em melhores condições de confrontar o atraso português em matéria de protecção dos monumentos históricos do que qualquer outra instituição. O facto de reunir, nos seus quadros associativos, “especialistas” e críticos de arte, garantia-lhe um estádio superior de consciência dos valores patrimoniais que, em conjugação com o carácter “não-governamental” da instituição, lhe facilitava os movimentos cívicos de que o caso da Circular de 1897, foi o mais consequente exemplo, testemunhando a sua capacidade interventiva a nível nacional (CUSTÓDIO, 2011a: 298-300 e 422). Não se tratava apenas de sensibilização social na área do património, facilitado pelos horizontes estatutários. Era sobretudo a possibilidade de confrontar os governos com a sua “indiferença oficial” (de acordo com as teses de Ramalho Ortigão, no *Culto da Arte em Portugal*) em matéria de políticas de protecção dos bens culturais, a falta de visão de Estado quanto às vantagens da conservação do património e a sua degenerescência em matéria de valores a salvaguardar, alheia ao movimento internacional do Culto dos Monumentos, tal como se afirmara depois de 1889.

Deste modo, a AAP enquadrava as elites culturais, sobretudo as cidadinas, nos objectivos públicos da defesa do património artístico, histórico, arquitectónico e arqueológico, difundindo novas técnicas de conhecimento dos monumentos, quer a nível de desenho gráfico, como de registo documental e fotográfico. Face ao alheamento governamental, lidera enquanto grupo ou por via dos seus sócios mais activos, a cruzada contra o vandalismo dos monumentos e a saída de objectos de arte do país, como sinais de atraso civilizacional, seguin-

do as denúncias internacionais de Victor Hugo, de Conde de Montalembert, de Viollet-le-Duc, de John Ruskin ou de Charles Normand (o último, enquanto organizador do *Congresso Internacional para a Protecção das Obras de Arte e Monumentos*, realizado em Paris, em Junho de 1889), lembrando constantemente os obreiros portugueses que lutaram contra o abandono e o vandalismo, entre eles Alexandre Herculano e Almeida Garrett. Traça, de forma construtiva e atenta à realidade internacional, os princípios ainda elementares da salvaguarda do património, contribuindo assim para a construção de um sistema de protecção dos monumentos de arte e história do país à semelhança do que estava a acontecer em França, na Holanda, na Itália, na Inglaterra e na Alemanha.

Demonstrámos num outro estudo (CUSTÓDIO, 2011a: 237-453) como a AAP colabora com o Estado nos primeiros esboços das políticas patrimoniais, quer fornecendo listagens de monumentos nacionais com o fim da classificação oficial, quer munindo os organismos consultivos com os primeiros inventários gerais do património arquitectónico de menor valia monumental – cruzeiros (1904-1905 – VITERBO: 1905), casas memoráveis (1906-07)<sup>1</sup>, pelourinhos (1904-1908), colaborando, através da sua voz crítica, na constante actualização dos conceitos e técnicas de protecção e salvaguarda. Recorde-se que, para além de todo este capital cultural, os organismos estatais recrutavam no seio associativo uma percentagem elevada dos membros dos conselhos consultivos, aspecto que ainda é mais evidente no período republicano.

---

<sup>1</sup> Encontra-se esclarecida a participação da AAP no processo da classificação dos monumentos nacionais. Não foi o mapa apresentado em Dezembro de 1880 que veio a ser aprovado. Este serviu de base para a selecção dos bens que a partir de 1904 foram elencados no lote dos monumentos aprovados e homologados pelo governo (Decreto de 16 de Junho de 1910). O Estado português considerou, em geral, as propostas analisadas e discutidas pela associação e até requereu que fossem apresentadas listas de outros valores arquitectónicos, como o caso das casas memoráveis. Cf. Ofício do Secretário da Comissão Executiva do Conselho dos Monumentos Nacionais. AHAAP – Correspondência Recebida. Ano de 1907. Na classificação de 1910, algumas das propostas foram consideradas.

No campo da salvaguarda a experiência de pressão pública era grande, antes e, sobretudo, depois de 1897, ajudando inclusive a crítica das novas gerações à inexistência de políticas patrimoniais. Para além das representações enviadas aos órgãos governativos e ao Parlamento, a influência da associação fazia-se através da imprensa diária, conseguindo a publicação dos seus comunicados nos mais importantes periódicos portugueses, como o *Diário de Notícias* ou *O Século*, entre outros. Também era veículo da comunicação e da acção de outras associações, instituições e particulares. Por vezes eram recebidas no Carmo cópias da correspondência enviada aos governos e a AAP fazia eco das iniciativas de carácter público tomadas por outras entidades<sup>2</sup>. Aliás, a AAP encontra-se constituída como a agência de protesto da sociedade civil junto das “estações oficiais” do Estado, dando assim corpo às suas funções estatutárias<sup>3</sup>.

Um segundo legado associativo veio a adquirir dominância a partir da crise de 1872, desde o momento em que a Associação dos Arquitectos Portugueses abriu as portas associativas aos arqueólogos e amadores de arqueologia. Referimo-nos aos estudos científicos de arqueologia, no seu conceito amplo, do ponto de vista cronológico, tipológico e teórico. Reconhecia-se, em 1872, a

---

<sup>2</sup> Para a conservação dos monumentos nacionais, o Grémio Técnico Português resolveu enviar ao Ministro da Instrução Pública, no período republicano (12/07/1913), um ofício de modo a estabelecer a “disciplina intelectual da sociedade portuguesa”, dado que se exigiam “medidas de ordem moral e material” que implicavam, por um lado, que fosse entregue os serviços de conservação a “uma única entidade” (neste caso o Ministério de Instrução Pública), concorrendo assim para obviar o abandono a que os monumentos estavam votados, salvando-se assim o “património artístico”. Sobre esta questão, tratada pelo Conselho de Arte e Arqueologia da 2.ª Circunscrição (Coimbra), este mesmo Conselho alimentava a esperança de que os serviços de Instrução Pública, por serem mais especializados, poderiam trazer “algumas vantagens aos interesses da arte” (ofício dirigido à AAP, pelo Presidente do Conselho, Júlio Henriques, em 28 de Julho de 1913). AHAAP – Correspondência Recebida. Ano de 1913.

<sup>3</sup> A correspondência recebida e arquivada no Arquivo Histórico da AAP é uma prova disso, sobretudo depois de 1897, geralmente relacionada com o património artístico integrado, arquitectónico e arqueológico.

inexistência da arqueologia, enquanto disciplina científica, em Portugal. Para além do caso esporádico das explorações arqueológicas de Tróia, naquele tempo dominadas pela polémica<sup>4</sup>, nada mais de essencial tinha acontecido no país. A nível oficial era um marasmo, reconhecido no relatório da Reforma do Ensino de Belas, de 1875, mesmo atendendo à primeira participação portuguesa no Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica, em Bruxelas (1875), embora a missão de Estácio da Veiga, no Baixo Alentejo e Algarve (1877-1880) e o Congresso Internacional organizado em Lisboa, em 1880, assinalassem o verdadeiro arranque da arqueologia em Portugal, enquanto disciplina científica.

Todavia, a AAP, desde esse tempo definiu promover o progresso, o estudo e a conservação dos artefactos arqueológicos, discutir assuntos pertencentes à arqueologia, promover as investigações em Portugal, empreender escavações arqueológicas no solo português. Era um projecto audacioso que se concretizava de forma regular, perante o espanto da sociedade portuguesa, abrangendo a arqueologia das antiguidades clássicas, como ainda a arqueologia medieval e renascentista e, numa fase subsequente, os novos rumos da arqueologia pré-histórica. A obra de arqueólogo de Possidónio da Silva, independentemente do nível científico alcançado, é também um testemunho deste legado, continuado pelos pioneiros da arqueologia portuguesa, que viram na AAP, o espaço de publicação e o centro de discussão científica.

A questão da conservação dos objectos arqueológicos faz da AAP também o lugar inicial da salvaguarda do património arqueológico (em especial, dos monumentos megalíticos e das primeiras estações arqueológicas intervencionadas<sup>5</sup>), num momento em que estas questões ainda eram muito

<sup>4</sup> Face à extinção da Sociedade Arqueológica Lusitana (criada em 1849) que lhes tinha dado origem, da dispersão ou perda dos artefactos exumados durante as escavações e ainda perante o interesse manifestado por uma sociedade inglesa na exploração científica das referidas ruínas.

<sup>5</sup> Tróia, Citânia de Sanfins, Nabância, Conimbriga, entre outras.

novas na Europa. Impunha-se também formar a elite futura da AAP e, neste aspecto, o Edifício do Carmo foi o local do primeiro Curso de Arqueologia do país, uma inovação na tradição da instrução pública em Portugal. Esta «campanha educativa» estendeu-se aos Seminários Patriarcais, por influência de Possidónio da Silva, dado que era fundamental munir os futuros sacerdotes de noções elementares de arqueologia com o objectivo de melhor cuidarem do património histórico e artístico das suas paróquias. Não era a Igreja portuguesa a maior detentora do acervo artístico do país?

## **2. “TRADIÇÃO E MODERNIDADE”: NOVOS DESAFIOS DA RENOVAÇÃO ASSOCIATIVA**

O legado recebido a partir de 5 de Outubro pelos dirigentes associativos, constituía o cerne principal das tradições artísticas, arqueológicas e monumentais portuguesas. Para os arquitectos e arqueólogos da AAP, assim como para os sócios amadores e correspondentes, as questões da tradição eram como que a seiva da via associativa, embora o espectro social da tradição fosse interpretado de forma diferente pelas duas gerações que, então, discutiam os problemas históricos, patrimoniais e arqueológicos do país. Uns anos depois de 1910 essa tendência da função dinamizadora da tradição era visível em muitas manifestações cívicas e expositivas, o que faz querer que esse esteio foi a espinha dorsal da actividade associativa, que levava alguns dirigentes a referir que a AAP “padecia da fábrica das tradições” (Augusto CUNHA, 1904).

Rosendo Carvalheira (1863-1919), em tempo do 50.º aniversário da associação (fig. 2), refere a problemática da «Tradição» como o aspecto fulcral dos fins associativos. Compara-a ao *radium* que dá luz e calor sem que se perca uma partícula da sua natureza e valor. Com ela era possível o “culto das tradições pátrias”; manifestava-se o “respeito sagrado pelos nossos monumentos”, “a protecção desvelada às nossas tradições” (CARVALHEIRA, 1914:3-4), dado que se tornava evidente o “valor documental dos monumentos d’arte e tradição” e permitia a afirma-



Figura 2 – Grupo de convidados e de sócios que participaram na Sessão Comemorativa do Cinquentenário da Associação dos Arqueólogos, Fotografia, Carmo, 23 de Novembro de 1913. *Boletim da AAP*, Tomo XIII: 132:

1.º Plano: A. C. Mena Júnior – A. J. Mimoso Roiz (convidado) – Sarrea Prado (convidado) – Luís F. de Albuquerque Bettencourt (Direcção) – João Ribeiro Christino - Eduardo da Rocha Dias (Direcção) – D. José Pessanha (Presidente da Direcção) – Dr. Alfredo da Cunha (Presidente da Mesa da Assembleia Geral) – Ernesto Dias da Silva (Tesoureiro) – Visconde da Torre da Murta (Bibliotecário) – José Queiroz – Francisco Soares O’Sullivan – J. M. Cunha Brandão – José Maria Cordeiro de Sousa (Director Geral de Obras Públicas, convidado) – Jesuíno Arthur Ganhado (Direcção)

2.º Plano: Affonso de Dornelas (Segundo Secretário da Direcção, Presidente da Secção de Heráldica) – José Alexandre Soares – Adães Bermudes – J. J. de Ascensão Valdez - Rosendo Carvalheira (Vice-Presidente da Assembleia Geral) – Vergílio Corrêa – Gustavo de Matos Sequeira – Alberto de Sousa

ção das vantagens morais dos trabalhos associativos, em função da acção pública exercida pelos sócios<sup>6</sup>.

A «Tradição» era como que a “força basilar das nacionalidades” (CARVALHEIRA, 1914:12), uma espécie de energia da defesa patrimonial que se impunha tanto em função da história da própria associação, como da necessidade de a difundir, integrando-a no presente, criando prosélitos que a compreendessem e a expandissem, a partir da salvaguarda e conservação dos monumentos “pátrios” e da identificação dos símbolos da história da nação portuguesa, com o objectivo da perpetuação da “alma portuguesa”. Um culto, por excelência, que

<sup>6</sup> (...) “assim nós todos, ao entrarmos sob estas históricas abobadas, deixamos à entrada as nossas paixões políticas, as nossas incompatibilidades, os nossos odios sectarios, para nos concentrarmos num recolhimento de crenças, na nossa missão piedosa de patriotismo e de amor” (CARVALHEIRA, 1914:10).

individualmente era basilar para a consciência histórica, mas que colectivamente se impunha como raiz ou seiva de um país.

Esta ideologia dos valores da história e do “património da nação” adquirira um novo sentido, pela voz da nova geração de 1890, em actividade na AAP depois da morte de Possidónio da Silva, embora invocando-a por consubstanciar “todo o espírito de revolta de uma época” (CARVALHEIRA, 1914:5). Entre 1897 e 1910 difunde-se em Portugal, em função das campanhas de defesa do património promovidas pela própria AAP, numa tentativa de levar o Estado a reboque. A própria “tradição monumental e local” passou a ser olhada como um factor do desenvolvimento do país, sobretudo a nível do turismo, ideia que começou a propagar-se no *Grande Congresso Nacional* (Lisboa, 1910) e no *Congresso Internacional de Turismo* (Lisboa, 1911), não só pela

voz da AAP, mas da Sociedade de Propaganda Nacional, apostada no desenvolvimento do turismo interno e internacional.

Victor Ribeiro e Rosendo Carvalheira desenvolveram o tema das relações entre o património e o turismo, ainda antes da implantação da República, numa crítica cerrada à indiferença dos governos monárquicos pelas coisas da tradição monumental, pelos recursos da natureza, do clima e das tradições históricas e atendendo à situação financeira de Portugal<sup>7</sup>. O programa de cinco pontos, apresentado pelos dois sócios no *Grande Congresso Nacional*, era um verdadeiro programa do renascimento dos valores de arte e tradição, modernizado pelas vantagens económicas dos bens culturais, um pouco à maneira como na Itália se tratava então da herança patrimonial (CARVALHEIRA e RIBEIRO, 1910: 7-8). Implicava solucionar as questões económicas, educativas e sociais e, também neste aspecto, a AAP estava ao serviço do país para ajudar a resolver o problema do restabelecimento económico e financeiro, melhorando as condições de educação e civilização do povo. A questão do turismo abria, por seu lado, uma porta ao valor universal da confraternização entre povos, ainda que, antes do eclodir da Grande Guerra, o que estava em causa era a fruição internacional dos monumentos nacionais.

Com este programa, a AAP estava a fazer a crítica do regime constitucional monárquico, alinhando com muitos dos princípios do ideário republicano, pelo lado da valorização da tradição nacional e pelo lado da modernização social dos valores do património, fazendo eco do pensamento de Ramalho Ortigão e de José Pessanha que, antes do 5 de Outubro, pugnavam já pela conjugação e inter-relação entre os factores da tradição e da modernidade, de forma a obter efeitos socialmente mais vantajosos para os valores da tradição. A elite

---

<sup>7</sup> Rosendo Carvalheira e Victor Ribeiro apontam para a necessidade do aproveitamento dos recursos turísticos, atendendo ao “descalabro económico-financeiro” do país, que levava “um notável economista italiano contemporâneo” a classificar Portugal no lote de “países de finanças avariadas”. CARVALHEIRA e RIBEIRO, 1910: 6.

intelectual pensava assim influir sobre o povo português, travando os desmandos do vandalismo revolucionário (destruição de pelourinhos, de símbolos régios, de brasões da aristocracia, de cruzeiros, de campanários e sinos, do património da Igreja portuguesa), mostrando mesmo como a Revolução Francesa considerava esses valores como património histórico e artístico que importava salvar e transmitir, devendo ser fruído no processo de educação do povo.

Esta interpretação do valor social do património da nação, que aqueles intelectuais incorporaram no ideário de combate à crise moral da nação, passaram a ser as armas da nova “cruzada” em prol dos monumentos de arte e de arqueologia e da renascença artística do povo português, criando expectativas quanto ao futuro e esperança na afirmação cívica da protecção e conservação dos bens patrimoniais, devendo ser fruídos enquanto “vestígios” dos valores nacionais (Preâmbulo do Decreto de 19 de novembro de 1910 e Decreto de 26 de Maio de 1911), esteios do futuro do país, nas suas diferentes dimensões. O conceito de «Tradição», tal como foi veiculado pelas elites associativas anteriores à crise do regime monárquico, revelavam um desgaste acomodaticio, à medida que as novas gerações ciosas dos valores artísticos e patrimoniais impunham a tomada de posição de um dos lados da barreira política. Os textos de Rosendo Carvalheira deixam antever esse desgaste, embora a Tradição continuasse a ser um factor de união associativa e se mantivesse dominante nas elites cultas monárquicas. Afirmam-se, no entanto, os factores de crítica e de modernidade, assentes na experiência portuguesa e no conhecimento da situação patrimonial internacional. A modernidade das questões do património arquitectónico e arqueológico impõem-se, embora – de acordo com o tempo histórico – o ambiente de afirmação dos valores nacionais se tornasse prevalecente, dado o papel aglutinador da educação popular nas elites republicanas. Aos intelectuais do património da nação cabia difundir e alargar socialmente esses valores, embora pudessem explicar também o convívio entre o elemento

monárquico e o republicano no seio da AAP. Se Camões, Vasco da Gama e Alexandre Herculano passaram a ser os vínculos sociais da história pátria, porque não também Nuno Álvares Pereira e as suas ligações ao Mosteiro da Batalha e ao Edifício do Carmo? Embora, em período sidonista, aquele herói da independência de Portugal fosse um símbolo controverso pela sua carga religiosa tradicional, Afonso Dornelas (1888-1944) reivindicava para fundamentar a sua afirmação pública (1916), o facto de não ser relevante o seu culto durante o período monárquico, aliás também reafirmado por outros líderes patrimoniais republicanos<sup>8</sup>. Mesmo com o campo político republicano dividido, Nuno Álvares Pereira foi uma reinvenção da elite do Carmo, na tentativa de modernizar a “Tradição” e atrair o povo ao Mosteiro da Batalha – o campo da independência de Portugal e do Soldado Desconhecido e ao espaço mágico do convento carmelita de Lisboa.

De acordo como os novos tempos, a AAP devia ter uma função mais orientada para a sociedade, inscrevendo o património no problema educativo, social e cívico do país, do que enquistar-se na teia política dos interesses sociais e culturais dos seus sócios efectivos e correspondentes, afirmando-se como uma associação moderna ao serviço do país. Esta mudança operada de forma quase que instintiva, ocorreu no próprio momento da instauração do

---

<sup>8</sup> “A Associação dos Arqueólogos Portuguezes, é pela natureza da sua função inteiramente consumidora das tradições e, principalmente das relíquias do passado, e por isso está dentro do seu programa, a comemoração não só de pessoas, como de factos (comquanto esta parte esteja mais apropriada às Academias) - desde que não haja intensão reservada nem se possa confundir com manifestação publica”. Cf. Carta da Liga dos Amigos do Castelo de Leiria à AAP, datada de 30 de Outubro de 1916, a propósito do culto de D. Nuno Álvares Pereira, como factor de consolidação da nacionalidade portuguesa, AHAAP – Correspondência Recebida. Ano de 1916. Segundo Tito Larcher, autor do ofício, o culto nacional não podia ser equivalente ou imitativo do culto de Joana d’Arc em França, pois este servia a religião e o D. Nuno deveria estar ligado à nacionalidade, dado que no regime monárquico não havia este culto da tradição (mas sim de S. Filipe e de S. Jorge), mas para que tivesse o verdadeiro significado requeria que fosse associado à história daquele período e às pessoas de D. João I e de João das Regras (símbolos da independência nacional).

regime republicano, como se fosse uma metamorfose natural. Na realidade, a seiva da “Tradição” encontrava-se associada a muitos dos valores que o republicanismo acarinhara e pusera ao seu serviço. O ideário da «Renascença Artística» – que fora o elemento ideológico da valorização do “património da nação” – era entendido como o fundamento do “ressurgimento pátrio”.

## 2.1. O impacte da proclamação da República e a questão directiva

Em 5 de Outubro era Presidente da AAP, o General Adolfo Ferreira Loureiro (1836-1911), eleito por aclamação em 7 de Janeiro (após demissão de Augusto Cunha) e empossado em 22 de Novembro de 1909, de acordo com os novos Estatutos. Adolfo Loureiro, cujo prestígio nacional e internacional era notório, manteve-se neste cargo até 1911, momento da sua morte<sup>9</sup>. Nessa altura assumia funções de vice-presidente da mesa da Assembleia Geral, Rosendo Carvalheira. Não foi com surpresa que os acontecimentos políticos chegaram ao Edifício do Carmo. Bastou um mês para a AAP manifestar a sua esperança nos caminhos da defesa e conservação do “património da nação”. Durante a Assembleia Geral de 7 de Novembro de 1910 – passara um mês –, pediu-se para que os “*illustres membros do Governo Provisorio se dignem cuidar attentamente nas providencias energicas tendentes a garantir e conservar indemnes, integrando-as, ou reintegrando-as nos Museu Nacionaes, todas as preciosidades artisticas e archeologicas reunidas nas valliosas colleções dos palacios occupados pelo antigo chefe do Estado e todas e quaesquer outras, que, embora relacionadas com pessoas e factos que o novo regimen repudia, devem, comtudo, conservar-se com desvelo, como documentação preciosa para a historia do nosso paiz*”. A associação esperava merecer “*dos poderes publicos da Nação, o reconhecimento dos serviços*

---

<sup>9</sup> Como não se encontraram actas da direcção da AAP anteriores a 1913, não foi possível, nesta ocasião, analisar a actividade da Direcção empossada para o triénio de 1909-1911, com excepção dos relatórios de gerência e as actas da Assembleia Geral, publicados no *Boletim da AAP*, vols. XI e XII.

que desinteressadamente se empenha por prestar ao paiz, e a protecção de que carece, e até hoje tem obtido, para levar a effeito, quanto em suas forças caiba, os benemeritos fins dos seus Estatutos, que esperamos, merecerão de V. Excellencia, que bem os conhece, a sua esclarecida approvação". Põe ao serviço da Nação e do Governo os "seus serviços de cooperação patriótica, como estação consultiva, na especialidade do seu campo de acção científica e social, como até hoje o tem feito sempre, em harmonia com os fins que os seus Estatutos, nos artigos 3.º e 4.º, prescrevem, mórmente no que toca á propaganda em favor da conservação e estudo dos monumentos e reliquias historicas e artisticas da nossa Patria"<sup>10</sup>. Manifestava-se assim esperança na publicação de legislação protectora do património, expectativa que o novo regime reconhecesse o papel consultivo e cívico de uma associação fundada na monarquia por Possidónio da Silva. A AAP revelava-se aos olhos do novo poder, na acção consagrada à ciência arqueológica e como instituição orientada para um projecto educativo, social e cívico, acalentando as relações de cooperação com o novo regime do Estado.

Não se pense, no entanto, que a implantação da República não tivesse ocasionado baixas na Associação. Depois do 5 de Outubro, dá-se a demissão do presidente da Direcção, António Maria Vasco de Melo Menezes (1851-1923), mais conhecido por Conde de Sabugosa, um monárquico convicto da geração dos Vencidos da Vida, bem como de outros dois elementos da primeira direcção empossada à luz dos Estatutos de 1909 (Silva Leal e Victor Ribeiro). Com a direcção em crise, as eleições processaram-se nos inícios de Janeiro de 1911. A escolha recaiu sobre D. José Maria da Silva Pessanha (1865-1939), um homem da esquerda monárquica, movimento político que apoiara a revolução republicana. A sua liga-

ção à AAP iniciara-se apenas com a admissão de sócio, em 1906. Pugnara pelos novos Estatutos aprovados em 1909. Entre esta data e 1910 a sua actividade afirmara-se a tal ponto que fora indigitado como vice-presidente da direcção do Conde de Sabugosa. Curiosamente ele era a personalidade que melhor poderia encarnar a mudança das orientações, que vinham sendo impressas na vida associativa desde 1904 e lideradas pelo Presidente da AAP, Augusto José da Cunha (activo entre 1902-1909) e, simultaneamente, aquele que na consciência patrimonial conjugava *Tradição e Modernidade* de forma construtiva.

Adolfo Loureiro, manteve-se como presidente da Associação, no primeiro ano da República. Terá como sucessor na presidência da Assembleia Geral, Alfredo Carneiro da Cunha (1863-1942), advogado, jornalista, escritor e director do *Diário de Notícias*, uma personalidade pública conotada com o regime republicano e amigo de José de Figueiredo, de Luciano Freire, de Júlio Dantas e de Afonso Lopes Vieira, entre outros notáveis intelectuais deste período. Foi ele que teve a oportunidade de dirigir a sessão solene do 50.º aniversário da AAP, onde salientou o significado histórico da nova liderança directiva da AAP, na pessoa de José Pessanha. Manter-se-á neste cargo, como que acompanhando o magistério deste novo dirigente da nova geração associativa, entre 1913 e 1921.

Nos primeiros dois anos a adesão da AAP ao projecto patrimonial dos governos republicanos foi entusiástica e expectante. Afinal entre os fins associativos e o arranque da política de salvaguarda e conservação do património da nação havia muitos pontos de contacto. Eram as ideias que se tinham defendido no tempo das comissões e conselhos dos monumentos nacionais; eram os intelectuais de renome público que a dirigiam, nas Circunscrições Artísticas em que o país fora dividido pela legislação republicana; era a democracia do sistema criado pela República; eram a protecção dos bens nacionais resultantes da aplicação da Lei da Separação do Estado das Igrejas; eram os novos museus em génese; era ainda o escol de associados que foram inte-

<sup>10</sup> Carta a Teófilo Braga, enquanto Presidente das Novas Instituições (Governo Provisório da República Portuguesa), Apenso à Acta n.º 52, datada de 7 de Novembro de 1910, *Boletim*, XII, 4: 204-205.

grados nos Conselhos de Arte e Arqueologia e respectivas Comissões de Monumentos, mostrando à sociedade a estima governamental pela associação sediada no Edifício do Carmo.

Aplaudiam-se as leis de protecção do património artístico (19 de Novembro de 1910) e da reorganização do sistema patrimonial português (26 de Maio de 1911<sup>11</sup>). Votavam-se louvores aos ministros republicanos que tinham sancionado as novas leis: José Relvas, António José de Almeida, Afonso Costa. Procedia-se à fiscalização dos actos revolucionários quando eles afectavam os bens históricos e artísticas e havia eco do lado governamental no mesmo sentido. Notem-se os casos do protesto contra o vandalismo exercido sobre os pelourinhos (1911), a substituição dos emblemas nacionais do regime deposto ou o aproveitamento dos sinos históricos das igrejas e conventos para servir de matéria-prima para a fundição da estátua do Marquês de Pombal (1912) ou ainda a preservação das bibliotecas e arquivos eclesiásticos, de comum acordo com a Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, tendo como elemento de ligação o historiador Pedro de Azevedo (1869-1928), sócio de ambas as agremiações.

A simbiose de pontos de vista quanto ao que importava fazer em prol da defesa dos bens históricos e artísticos, entre o escol dos Conselhos de Arte e Arqueologia e os fins associativos, era efectivo, esperando-se os efeitos desejados por ambas as partes de acordo com as regras de uma democracia representativa. Era necessário proceder à completa institucionalização do regime patrimonial e à normalização da salvaguarda e da conservação permanente, como sinal dos novos tempos. Dois aspectos concorreram para esse entendimento. O primeiro ficou consagrado no decreto de 26 de Maio de 1911, que garantia a representação oficial da AAP na Comissão dos Monumentos da 1.ª Circunscrição Artística. O segundo era o conhecimento privilegiado dos assuntos patrimoniais que tanto o Estado como a AAP passaram a ter, pelo menos

---

<sup>11</sup> Decreto que foi publicado nas páginas do *Boletim da AAP*, XII, 7: 313-329.

até Maio de 1926, não apenas a nível da protecção, classificação e conservação dos monumentos, mas em geral no que se refere às decisões tomadas nas Circunscrições Artísticas, nos órgãos do Estado, nomeadamente no Ministério da Instrução Pública, organismo da tutela patrimonial. Este último aspecto relaciona-se com a própria escolha dos dirigentes da AAP, mas também com aqueles que a representaram na Comissão dos Monumentos e noutras comissões ocasionais. O facto é evidente, quanto à própria escolha do presidente da primeira direcção da AAP, José Pessanha. O novo presidente pertencia à comissão governamental do inventário dos bens dos Palácios Nacionais, fora co-autor do Decreto de 26 de Maio de 1911, tinha sido nomeado para o Conselho de Arte e Arqueologia da Circunscrição de Lisboa, tinha assento na Comissão dos Monumentos e ainda fora nomeado para o órgão consultivo superior da Arte Nacional, entre outros cargos de natureza pública, que o projectaram a nível do país.

Estes dois aspectos são essenciais para a compreensão da AAP, enquanto organização de índole associativa, dado que se reflectem nas suas próprias leis – os Estatutos e os Regulamentos Internos –, na modernização da própria vida associativa e na sua participação pública e inter-associativa.

A participação pública na política patrimonial da 1.ª República, foi tornada realidade a partir de 1911, com a nomeação de Rosendo Carvalheira para a Comissão dos Monumentos da 1.ª Circunscrição, deliberação que ficou lavrada nos *Estatutos* de 1918 e de 1923 e respectivo Regulamento Interno. Todavia, é necessário recuar aos Estatutos de 1909 para perceber que algo estava a mudar na vida associativa dos arqueólogos do Carmo, porventura acompanhando os novos tempos. É certo que o exercício da participação prevista desde Junho de 1909 – resultado das boas relações com o Conselho dos Monumentos Nacionais, com a Academia de Belas Artes de Lisboa e do Porto, com o Museu Etnológico Português e com a Sociedade dos Arquitectos Portugueses – não teve tempo para se concretizar efectivamente. O 5 de Outubro extin-

que o Conselho integrado no Ministério de Obras Públicas e transforma as academias em Conselhos de Arte e Arqueologia, criando um terceiro órgão consultivo em Coimbra. Mas o princípio exarado nos *Estatutos* de 1909 e o teor da lei de 26 de Maio de 1911 foram aproveitados pelos novos líderes para conferir à AAP um papel de maior relevo na sociedade e cultura artística portuguesa a nível nacional e não apenas através da Comissão dos Monumentos da circunscrição lisboeta. Isto constitui uma importante mudança na história da Associação tratada com maior desenvolvimento noutra local (CUSTÓDIO, 2011b: 135-143). Na realidade, com os *Estatutos* de 1918, elaborados sob a égide de José Pessanha, é todo o aparelho consultivo e deliberativo da política patrimonial republicana que figura no articulado da lei estatutária<sup>12</sup>, cujo significado à escala do país mostra uma Associação bastante mais interventiva, crítica e líder das questões do legado cultural – expressão da sua continuidade – mas noutra pata da vida patrimonial portuguesa. “*Parece-nos que eles têm agora um carácter mais progressivo, mais moderno e mais estimulante de trabalho. Infelizmente o estado pouco pacífico dos espiritos, na capital do país principalmente, é pouco favorável à frutificação de certas providências*” (Relatório de Gerência de 1918, *Boletim da AAP*, XIII, 7:319-328). Além de ser ouvida nos órgãos estatais, a AAP também orienta as decisões, fiscaliza, como organismo não-governamental, os actos dos governos, lutando contra a indiferença oficial e injectando a energia dos valores da tradição na protecção, classificação e conservação do património.

Mais limitativos da acção participativa, porventura como resultado da crise política portuguesa do pós-Grande Guerra, ainda assim, os *Estatutos* de 1923, formatados pelo poder republicano, referem-se à grande conquista da representação na Comissão dos Monumentos de Lisboa e impõem um

---

<sup>12</sup> Artigo 4.º, ponto 4.ª – “Manter constantes e assíduas relações com os Conselhos de Arte e Arqueologia e respectivas Comissões dos Monumentos, com o Conselho de Arte Nacional e com as outras entidades ou instituições congéneres, nacionais ou estrangeiras”.

maior relacionamento entre a Associação e a tutela, o Ministério de Instrução Pública. Se os *Estatutos* ficaram reduzidos a um articulado mínimo, tal não significa que a Associação não se tivesse complexificado nos dezasseis anos da 1.ª República, com consequências para a sua organização interna e para os novos tempos que se avizinhavam. Os regulamentos de 1924 e de 1933 mostram isso mesmo. Há como que uma alteração do modelo de participação anteriormente incorporado na vida associativa. O desaparecimento das Comissões dos Monumentos, depois de 1925, isola a AAP do organismo político onde podia ser ouvida. As questões históricas e arqueológicas ganham ascendente sobre a problemática do património, mostrando de certo modo os genes académicos da instituição, que os novos poderes tentaram instrumentalizar depois de 1932. O crescendo para um maior isolacionismo interno (1926-1933), nota-se nos próprios dispositivos legais dos regulamentos, embora se reconheça que este aspecto não se encontra ainda estudado.

Quanto ao segundo ponto acima referido, há que olhar a vida associativa como outros olhos, entre 1910 e 1926, assim como a partir daí. Entre 1897 e o Estado Novo, muitos aspectos mudaram na vida associativa, um dos quais foi o próprio papel desempenhado pela direcção, enquanto órgão social que apenas emerge nos *Estatutos* de 1909. Este aspecto orgânico suscita e ainda há-de criar alguma confusão a quem estudar a história da AAP, impondo que se reescreva o elenco dos seus presidentes associativos, distinguindo aqueles que são presidentes da Assembleia Geral (e como tal considerados presidentes da Associação) e os que são presidentes da direcção, sobretudo a partir do momento em que ficou claro o dispositivo estatutário que verdadeiramente assentava melhor à seu formato associativo. Esta confusão aparente, aos olhos da estrutura actual, fora motivo de muitas contendas, mostrando à sociedade portuguesa grandes personalidades da vida pública e não tanto aqueles que, a nível directivo, eram de facto os obreiros da organização e do programa de actividades desenvolvido trienalmente.

Atendendo a esta circunstância de índole interna, é curial dizer-se que, durante a 1.ª República (1910-1926), a AAP foi dirigida por quatro personalidades da vida cultural portuguesa: Adolfo Loureiro (1909-1911), Alfredo da Cunha (1913-1921), José Leite de Vasconcellos (1922-1925) e Luís Xavier Barbosa da Costa (1925-1927). Então onde está aquele que foi o motor principal da AAP durante o período de 1910 e 1922, José Pessanha? E que dizer dos dois outros dirigentes que seguiram as pisadas de José Pessanha, entre 1922 e 1925? O que se passou efectivamente em 1926? Como era dirigida a AAP?

Depois do período de crise e dificuldades associativas que se seguem à morte de Possidónio da Silva, uma “nova era” parece surgir entre 1904 e 1906, propícia à renovação, ampliação e relação com as associações nacionais e estrangeiras (*Boletim da AAP*, XI, 2: 94-105). Data desta fase a criação das delegações de Braga e de Leiria (ambas constituídas em 1908<sup>13</sup>). Todavia, fala-se em reforma dos estatutos desde 1907 (José Alexandre Soares, Adães Bermudes, Victor Ribeiro), pois aqueles que existiam eram um obstáculo ao progresso da Associação. Para além de não facilitarem o funcionamento interno, altamente criticado por Victor Ribeiro, não se integravam nas “modernas disposições legislativas” sobre o associativismo (Alfredo Elvino dos Santos, actas da Assembleia Geral, n.ºs 23 e 25, *Boletim*, XI, 2 e 3: 122 e 214-216). Após dois anos de discussão, os Estatutos acabaram por ser aprovados e consagraram a génese do poder da direcção associativa em relação ao modelo associativo possidoniano, ainda representado na AAP pela presidência de Augusto José da Cunha<sup>14</sup>. Tudo

levava a pensar que a eleição de Adolfo Loureiro, enquanto presidente da Mesa da Assembleia Geral, em 1909, iria alterar aquele velho modelo associativo, passando a conferir-se à direcção um novo lugar no elenco governativo da instituição. Mas também neste ponto influiu a tradição, pois “não se deve querer que na nossa reforma fique estabelecido o que existe de mais avançado em legislação associativa, mas tão-somente o que for compatível com o nosso modo de ser tradicional” (Augusto José da Cunha, Relatório da Gerência de 1908, *Boletim da AAP*, XI, 11: 279).

A natureza específica desta Associação, onde a Assembleia Geral tinha uma importância muito maior e especial e onde o Presidente executivo era simultaneamente o Presidente da Assembleia Geral, manifestava-se ainda apesar da mudança de Estatutos. Refira-se o carácter académico das sessões da assembleia de sócios, espaço de reunião principal da organização, diferente de uma qualquer outra colectividade, com inúmeras competências e com a celebração de várias reuniões por ano, independentes da eleição da mesa da Assembleia Geral e da discussão e aprovação dos relatórios e contas associativas, isto é, das reuniões extremamente essenciais do ponto de vista das normas legais.

Antes da instalação da República existia o Conselho Facultativo<sup>15</sup>, com uma composição que variou sempre entre os Estatutos de 1864 e o Regulamento de 1892, mas no qual tinha assento o Presidente da Assembleia Geral, logo o dirigente máximo da Associação. O Conselho Facultativo – não era propriamente uma direcção associativa, apesar das suas funções precisas quanto à organização da vida científica e associativa, fazendo pro-

<sup>13</sup> Sobre a instalação da Delegação de Leiria, que geralmente não é citada na história da AAP, vide Apenso à Acta n.º 33, *Boletim* n.º 7, Tomo XI, pp. 503-504.

<sup>14</sup> Augusto da Cunha, ministro e filiado no Partido Progressista, teve um papel essencial na defesa da independência política da associação aquando do Regicídio de D. Carlos, em 4 de Fevereiro de 1908, impondo a estrita obediência ao princípio da não ingerência política da *Real Associação dos Arqueólogos Portugueses*, nomeadamente na reprovação pública do atentado, como muitos dirigentes e associados de cor monárquica

pretendiam fazer. A acontecer essa isenção política, a associação do Carmo exigia-se à crise da monarquia e apostava na sua continuidade, numa altura que muitos acreditavam ser inevitável a revolução republicana. Em 1907, Augusto da Cunha encontra-se próximo do Partido Republicano.

<sup>15</sup> Este Conselho Facultativo – espécie de direcção integrada da Assembleia Geral – inicialmente compunha-se de três membros da Mesa da Assembleia Geral, o que dava à Assembleia Geral poderes principais da vida associativa.

postas sobre assuntos de arte, destinados a serem tratados pela Assembleia Geral e nas Secções. Com a publicação dos Estatutos de 1909, deixou de haver Conselho Facultativo, cujas actas se encerraram em meados de 1908. Na nova lei associativa, as sessões da Assembleia Geral admitem sessões administrativas e sessões de estudo, mostrando o peso do modelo académico possidoniano na nova organização, sendo que passou a haver uma sessão de estudo uma vez por mês. Todavia, confina os poderes da Assembleia Geral à mesa constituída por Presidente, Vice-Presidente, dois secretários e dois vice-secretários. Impôs-se então a tradição, passando a haver dois presidentes, o da Direcção, com poderes em crescendo, e o da Assembleia Geral, representando a «tradição» do modelo associativo.

Com os *Estatutos* de 1909, os cargos directivos são exercidos por triénios. Para comodidade na transmissão dos poderes directivos, assuntos pendentes e experiência associativa, estipulou-se que três membros da direcção cessante fossem reeleitos para os mesmos cargos no triénio seguinte, escolhidos por sorteio se outra solução não se apresentasse possível. Cada membro asseguraria a gestão apenas em dois triénios seguidos, mas poderia ser reeleito se assim o entendesse. Este modelo associativo estava mais de acordo com o modelo oficial de estatutos de associações, determinado durante a monarquia constitucional e será ele que norteará a AAP até à aprovação oficial dos Estatutos de 1918. Neste novo diploma, o conceito de Assembleia Geral também se altera quanto à composição e quanto aos fins que se alargam ainda no espírito do modelo antecedente<sup>16</sup>, embora a mesa passe a ser eleita por triénios. Entre as competências encontravam-se aspectos bem distintos do que era convencional: “deliberar sobre todas as propostas e recursos que lhe forem presentes” (4.º); “resolver sobre a conveniência

---

<sup>16</sup> “A Assembleia Geral é a reunião de todos os sócios efectivos e dos de mérito, áqueles equiparados, podendo também tomar parte nas respectivas sessões, sem direito de voto em assuntos administrativos, os sócios correspondentes e os de mérito a ele equiparados, quanto ocasionalmente se encontrem em Lisboa” (*Estatutos* de 1918, Artigo 30.º).

de promover ou patrocinar a publicação de obras sobre assuntos da índole da Associação” (6.º); ou aprovar os inventários e regulamentos elaborados pela Direcção e os regulamentos das delegações (7.º). No que concerne ao modelo de funcionamento da Direcção, nota-se o aumento das atribuições (passando-se de cinco, em 1909, para dezanove), o reforço da personalização do cargo directivo, alargando-se a renovação de direcção para cinco membros para o triénio seguinte, podendo a direcção indicar dois membros da direcção cessante a continuar na direcção seguinte (Artigo 45.º).

Este modelo directivo foi ainda alterado pelo Regulamento da Associação de 1923, que preencheu as lacunas dos novos Estatutos de 1923 (Decreto n.º 8630, de 20 de Março) determinados pela lei republicana n.º 891, de 22 de Setembro de 1919. A partir de então a Associação passa a ser dirigida por um lato conselho directivo composto por membros eleitos na assembleia geral e pelos seis presidentes e vice-presidentes das secções de estudo e seis conservadores do Museu. A mesa da Assembleia Geral deixa de existir, enquanto órgão de gestão e, em contrapartida, a direcção toma ascendente, ficando desde então umbilicalmente ligado o Presidente da Associação à Direcção e não à Assembleia Geral. Nestas funções foi investido o último presidente da AAP do período republicano, Luís Xavier da Costa, também ele uma figura notável do período em questão, pertencente ao grupo de José Pessanha e que se casara com uma filha do Presidente da República, Manuel de Arriaga.

Importa referir que, no *Regulamento* de 1923, se define a vitalidade da Associação como sendo o conjunto das suas sessões de assembleia geral, das suas deliberações de carácter administrativo, das suas publicações, das suas relações com o Estado e com as sociedades científicas nacionais e estrangeiras, das suas secções de estudo, da sua biblioteca e museu.

Deste modo, durante a República o modelo associativo precisa-se e completa-se, inicialmente afastando-se do tipo de associação criada em 1864 e reforçada em 1872 e aproximando-se de novo do passado associativo, embora pela via do reforço

do poder directivo do Presidente da AAP. A intervenção do conselho directivo alastra-se, nesta fase, ocupando todo o espaço associativo, pela frequência de participação nos trabalhos das diferentes assembleias e secções, uma espécie de divisão de trabalho algo complexa<sup>17</sup>. Pode concluir-se que, neste aspecto, a Associação modernizou-se enquanto organismo, evoluindo para um novo tipo de organismo associativo, aspecto que ocorre, sobretudo, durante o período republicano.

O modelo definido pelo Regulamento Interno de 1923, apenas autorizado em 1925, teve a sua primeira execução com a presidência de Luiz Barbosa Xavier da Costa (1871-1942), arrancando no triénio de 1925-1927 (fig. 3). Seguiu-se a gestão de Possidónio Mateus Laranjo Coelho (1877-1969), entre 1928 e 1930 e a do presidente do triénio anterior, entre 1931-1933, isto só para considerar o período correspondente à Ditadura Militar, que sai fora do âmbito deste estudo, embora a organização dos serviços de arte e arqueologia do período republicano só fosse extinta com o Decreto n.º 20.985, de 7 de Março de 1932.

Mas, a coesão associativa que o Decreto estatutário e regulamento interno promoviam em 1923, continuava a não estar em conformidade com a lei do país. Tal situação não passou despercebida ao Estado Novo. Por essa razão, o modelo associativo volta a simplificar-se a partir da publicação do Regulamento Interno de 1933<sup>18</sup>, no que diz respeito aos órgãos sociais. A direcção reduzir-se-á a cinco membros, mas compete-lhe, através do seu presidente e secretário-geral, organizar os trabalhos da assembleia geral, as sessões solenes, as conferências e demais manifestações associativas, disciplinando o anterior sistema (1925-1933) sem reforçar o modelo de patrocínio monárquico desaconselhado

<sup>17</sup> Note-se que o Presidente do Conselho de Arte e Arqueologia, Luciano Freire, manifestou a Garcez Teixeira, na reunião da Comissão dos Monumentos, de 27 de Outubro de 1922, concordância com esta “doutrina”, então ainda em projecto. Acta da Sessão de 2 de Novembro de 1922, fol. 29, ANBA – Comissão dos Monumentos. Acta.

<sup>18</sup> Portaria n.º 7594, de 3 de Junho de 1933.

pelas leis das organizações associativas modernas. Todavia, o papel da reunião científica manter-se-á como o código genético da AAP, mostrando a visão esclarecida de Possidónio da Silva.



Figura 3 – Luís Xavier da Costa. In *Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, vol. IV, Lisboa, 1930.

## 2.2. José Pessanha e o renascimento da Associação dos Arqueólogos Portugueses (1911-1921)

José Maria da Silva Pessanha (1865-1939) foi um dos intelectuais mais proeminentes do período republicano (fig. 4). Alfredo da Cunha reconheceu esse aspecto da personalidade de José Pessanha, logo em 1913, perante o Presidente da República, Manuel de Arriaga (fig. 5). Motivado pelas questões do património nacional e imbuído de um verdadeiro espírito associativo, tomou conta do destino da AAP, numa conjuntura difícil, mas de mudança e de renovação. Não conseguiu nos primeiros três anos – que corresponderam também à da implantação do regime republicano – alterar os ritmos da organização e actividade, face ao ajustamento da vida associativa aos novos desafios. Tinha como motivação essencial a ideia de «renascimento» da sociedade dos arqueólogos. Era uma força que animava o seu pensamento para fazer chegar longe os princípios e os objectivos que assimilara naquele centro de reflexão científica e de agitação intelectual.



Figura 4 – D. José Pessanha. «Instantâneo». Fotografia de Marques de Abreu. In *A Igreja de S. Pedro de Lourosa*, de Manuel de Aguiar Barreiros, Porto: Marques de Abreu, 1934. Coleção particular.



Figura 5 – *Exposição Olisiponense, visita presidencial*. Fotografia de Joshua Benoliel. 1914. Arquivo fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa – P\_PT\_AMLSD\_JBN\_000538.

José Pessanha manteve-se na liderança da AAP, como presidente da direcção, durante cinco triénios consecutivos (1911-1913; 1913-1915; 1915-1917, 1917-1919 e 1919-1921). À luz estatutária e associativa, relegou para um plano meramente secundário Alfredo da Cunha, embora pela tradição este fosse o seu presidente efectivo. Rodeou-se dos melhores

elementos de trabalho interno, naquele período, entre os quais José Queiroz, Gustavo de Matos Sequeira, Nogueira de Brito, Afonso Dornelas e Jesuíno Ganhado, embora soubesse conviver com todos aqueles que pertenceram às suas listas e fosse um homem de consensos.

Uma das primeiras decisões da primeira direcção do período republicano, em 10 de Março de 1911, foi o convite à participação dos associados e o seu ingresso nas diferentes secções constituídas da Associação<sup>19</sup>. Toda a sua acção se encontra pautada pelo pensamento do saneamento financeiro pela AAP, dado que o programa de actividades que se vai desenvolver só poderia ter efeitos externos que houvesse capacidade de investimento e maleabilidade de soluções, numa época de crise económica generalizada. A renovação da biblioteca foi outra das preocupações das gerências do período republicano, ao ponto de se convidar os sócios autores de obras de investigação a colocarem os seus livros na Biblioteca. Deu-se especial atenção e ênfase à Secção de Heráldica, desde então e até hoje, uma inovação científica associativa essencial do ponto de vista da arqueologia e da história, aproveitando a mudança de regime. Essas inflexões internas para a reorganização da vida associativa só poderiam ter os seus dividendos se houvesse ao mesmo tempo outras preocupações de ordem social, educativa e cultural.

Tendo em conta os dez anos de actividade, podemos apresentar em síntese o projecto associativo

<sup>19</sup> “Exmº Sr. / Sendo de absoluta necessidade para activar o movimento científico da «Associação dos Archeologos Portugueses», que as suas diferentes secções se organizem regularmente, e cumprindo á Direcção promover essa organização – tenho a honra de convidar V. Ex.ª a declarar a qual ou a quaes das secções deseja pertencer, de modo a que possa efectuar-se a distribuição a que se refere o art.º 55.º dos Estatutos. / Tomo a liberdade de lembrar a V. Ex.ª que as secções já creadas são as seguintes: – Archeologia pre-romana; Archeologia romana; Archeologia medieval; Archeologia da Renascença; Numismatica e Sigillographia; Paleographia; Epigraphia e Diplomatica; Conservação e restauração de monumentos; Heraldica. / Lisboa, edificio do Carmo, em 10 de Março de 1911. / O Presidente da Direcção / D. José Pessanha. Convite dirigido aos sócios. AHAAP – Correspondência Expedida.

de José Pessanha, cuja materialização contribuiu para a afirmação da AAP a nível nacional. Em primeiro lugar, estimulou um extenso programa de visitas guiadas a monumentos da cidade e distrito de Lisboa (Sé de Lisboa, Madre de Deus, em Sintra, em Vila Franca de Xira, em Alenquer, em São Quintino, em Torres Vedras, no Varatojo). Estas visitas passaram a constituir um elemento de união interna e reflectiram-se na intervenção social de defesa do património nas cidades em que o movimento alastrou, as quais foram beneficiadas por projectos mais ambiciosos de união das elites locais à volta dos seus valores de tradição. Estão neste caso as visitas a Évora, coordenadas por José Pessanha e José Queiroz, com efeitos sociais concretos, quer pela sessão realizada no Teatro Garcia de Resende, quer pela publicação do opúsculo *Defesa de Évora* (fig. 6), estimulando o nascimento do Grupo Pró-Évora (1919). Integradas neste espírito, devem mencionar-se ainda as visitas a Santarém e a Tomar. A primeira, coordenada por Nogueira de Brito (veja-se o opúsculo *Arqueologia Scalabitana*, 1917), (fig. 7) teve como principal consequência a pressão sobre a Comissão dos Monumentos da Circunscrição, através da qual o Estado determinou classificar os monumentos de arte e história de acordo com um novo critério de salvaguarda, atendendo ao património existente na cidade, entendida como um unidade geográfica e sendo objecto de estudo *in loco*<sup>20</sup>. É óbvio que José Pessanha participou nas visitas da AAP e da Comissão, levando a cabo uma iniciativa que teve frutos também em Évora e Tomar, mas não apenas sob a influência da sociedade do Carmo. Tal como em Évora, a AAP estimulou o aparecimento da Comissão de Salvação dos Monumentos Antigos de Santarém (em actividade entre 1916 e 1933),

<sup>20</sup> “Em todas estas excursões, estudaram edifícios de valor histórico e artístico, azulejos, construções típicas, etc., tomando apontamentos e colhendo fotografias e croquis, ao mesmo tempo que aproveitaram todos os ensejos que se lhes depararam, para esclarecer as pessoas a cargo de quem estão os edifícios estudados, ácerca do valor deles e da necessidade de velar pela sua conservação, de as defender contra quem, acaso, pretenda atentar contra a sua integridade”. Cf. Relatório da Gerência de 18 de Fevereiro de 1916, *Boletim*, XIII, 5: 229.

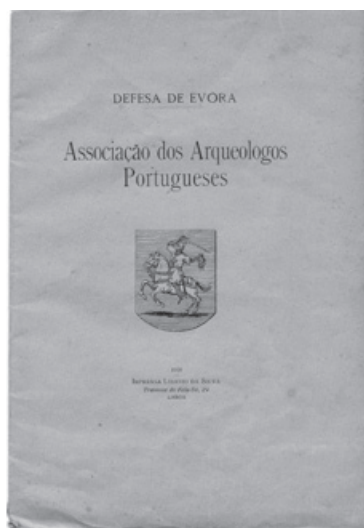


Figura 6 – *A Defesa de Évora. Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: Imprensa Libânio da Silva, 1916. Rosto do opúsculo. Biblioteca do Grupo Pró-Évora.



Figura 7 – *Arqueologia Scalabitana. Relatório da Excursão que a Associação dos Arqueólogos Portugueses fez a Santarém no dia 9 de Julho de 1916*. Francisco Nogueira de Brito. Separata do «Boletim da Associação dos Arqueólogos Portugueses», feita a expensas do 3.º Visconde de Santarém. Lisboa: Tip. Casa Portuguesa, 1917. Rosto com desenhos de Alberto de Sousa. Coleção particular.

com a qual manteve profundas relações de carácter científico e cultural (fig. 8). Quanto a Tomar (1920), a visita foi coordenada por Garcez Teixeira e Vieira Guimarães (1864-1939), e teve como corolário a valorização do Convento de Cristo, que a União



Figura 8 – Grupo da Visita e da Sessão de Trabalho da Comissão dos Monumentos da 1.ª Circunscrição com a Comissão de Salvação dos Monumentos Antigos de Santarém. Santarém, 25 de Novembro de 1916. Fotografia: Carlos Gomes – Santarém. Colecção Particular.

1.ª Filas – Comissão dos Monumentos, com João Arruda ao centro – vogal auxiliar da AAP em Santarém, ao seu lado esquerdo o arquitecto Rosendo Carvalheira, delegado da AAP na Comissão e ao seu lado direito, José Pessanha, vogal nomeado da Comissão, naquele tempo Presidente da Direcção da AAP. Na mesma fila, da esquerda para a direita Luciano Freire, Júlio Mardel e o escultor Costa  
2.ª Filas – Os sete membros da Comissão de Salvação dos Monumentos Antigos de Santarém, salientando-se Laurentino Veríssimo.

dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo (fundada em 1918), queria transformar no seu principal motivo de conservação e restauro, de modo a conferir-lhe um lugar à parte, nos grandes monumentos do país<sup>21</sup>. Garcez Teixeira, que foi vogal da última direcção de Pessanha, torna-se um “agitador” da ideia associativa intelectual, tendo como referência a audiência nacional da AAP.

O campo da defesa do património tem na gerência de Pessanha um farto viveiro, porque a esperança constantemente se esvaía, perante um país surdo. Em 1919-1921, os documentos associativos falavam de “inércia geral sob que vive a sociedade

<sup>21</sup> Em Tomar visitou-se Igreja de Santa Maria dos Olivais, Igreja de Santa Iria, Misericórdia, “Cividade de Nabância”, Convento de Cristo e Ermida da Conceição. Cf. “Excursões de Estudo”, Relatório de Gerência de 1920, *Arqueologia e História*, V, 1926:153).

portuguesa, profundamente envenenada pela politica, que tanto a tem desmoralizado” (ver actas e relatórios de gerência, entre 1912 e 1921, *Boletim da AAP*, XIII). Continua a dar-se resposta ao abandono e ao vandalismo e mesmo organizando movimentos cívicos de largo espectro social, como foi o caso da *Defesa da Torre de Belém* (1918), procurando dar continuidade a uma iniciativa da Comissão dos Monumentos (aliás proposta por José Pessanha) ou ajudando as iniciativas da Câmara de Lisboa contra a presença da Fábrica de Gás nas imediações de um monumento singular de valor europeu (fig. 9), como então já era considerado. Este movimento cívico implicou a produção de 500 exemplares de um cartaz (*Salve-se a Torre de Belém*, Litographia Matta, com 1,10 x 0,85 m), a impressão de centenas de folhas para subscrição de um abaixo-assinado com os seguintes dizeres – “A Associação dos



que aliás produziu desenhos para outros fins associativos, incluindo o novo Diploma de sócio (ver fig. 15). A “Defesa do Património” requeria ainda contribuição da AAP para a causa pública, situação que permitirá elaborar, ainda na última gerência de José Pessanha, um “Projecto de lei de Protecção dos Monumentos Nacionais”, assinado pelo vogal Garcez Teixeira, numa altura em que se impunha travar de forma absoluta a própria confusão da legislação vigente, com falta de leis regulamentares complementares<sup>23</sup>.

Outra das grandes iniciativas de José Pessanha foi a remodelação do Museu, renovando igualmente o interesse pela visita ao Edifício do Carmo, palco de diversas exposições de largo espectro cultural e associativo. Referimo-nos às exposições *Olisiponense* (fig. 12) e dos *Tapetes de Arrayolos* (fig. 13), entre outras de menor impacto social, mas que permitiram sublinhar a simpatia da população pelos arqueólogos do Carmo.

### 2.3. A liderança de uma elite de luxo sob o signo de José Leite de Vasconcelos (1922-1925)

Quando José Leite de Vasconcelos (1858-1941) foi eleito Presidente da Assembleia Geral para o triénio directivo de 1922-1925, já o seu prestígio nacional e internacional era enorme. Se por um lado, garantia uma maior visibilidade da arqueologia no seio da AAP, aspecto que ia ao encontro de todos aqueles que se interessavam vivamente pela ciência arqueológica, constituindo uma verdadeira oportunidade que o seu nome granjeava, por outro representava um entrave à modernização administrativa, que só os anos consequentes permitiriam resolver. Leite de Vasconcelos era um sócio de mérito, a quem,

<sup>23</sup> Projecto executado tendo como referência a discussão da protecção dos monumentos desenvolvida pela direcção ao longo de 1919. “Por mais uma vez se reconheceu a insuficiência da actual legislação protectora da conservação dos monumentos nacionais. O trama da rede legislativa deixa passar facilmente as pérfidas incursões da ganância e da monomania de demolição. Alguma coisa de importante se tem feito, mas alguma coisa de eficaz e preciso há a fazer para apertar as malhas daquela rede e cumpria que a A.A.P. tratasse do assunto”, Relatório da Gerência de 1919, *Arqueologia e História*, V, 1926: 147. Ver Anexo, no final deste estudo.



Figura 12 – *Exposição Olisiponense*. Catálogo. Plantas e Planos – Vistas e Aspectos – Bibliografia – Vária, Lisboa: AAP / Tipografia do Comércio, 1914. Rosto. Reprodução Fotográfica. Biblioteca da AAP. As gravuras são Alberto de Sousa e de Christino da Silva. As fotografias de Luís Bettencourt.

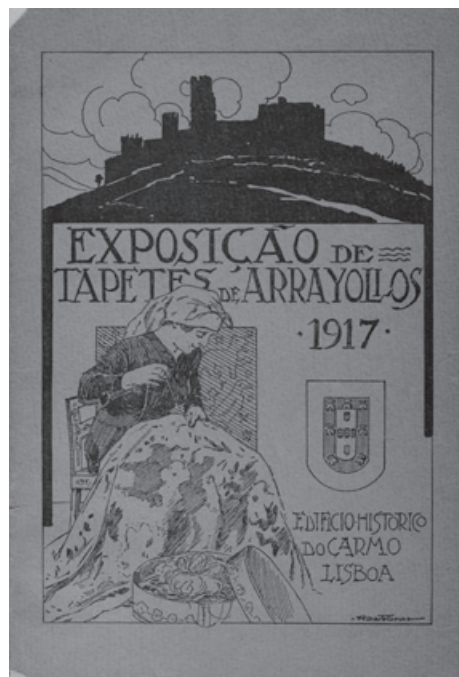


Figura 13 – *Exposição dos Tapetes de Arrayolos*, Rosto do Catálogo, 1917. Reprodução fotográfica. Biblioteca da AAP.

depois de 1925, a AAP nomeou como Presidente de Honra, um estatuto que nem Possidónio alcançara. A sua ligação à República e a notáveis do regime republicano, como Bernardino Machado, dava-lhe uma auréola mais próxima do partido democrático, depois da influência pró-sidonista das últimas direcções de Pessanha. Era um sinal da verdadeira independência apartidária e de «credo religioso» da AAP, tal como fora anunciado, em 1912.

A nível da Assembleia Geral, tudo continuou de acordo com o ritmo antecedente, embora a nível directivo se notasse a influência dos líderes formados na experiência associativa do período anterior, quer por via de Luís Xavier da Costa, quer de Gustavo de Matos Sequeira, ambos presidentes da direcção, respectivamente no triénio de 1922-1924 e nos anos de 1924-1925. Na realidade, ambos demonstraram continuidade quanto ao «renascimento» da AAP, reafirmando a capacidade de acção quanto à reorganização associativa e quanto ao plano de actividades, essenciais para garantir gerências pró-activas e finanças sãs. Mas, também eles, apesar do prestígio do Presidente da Assembleia Geral – em princípio bastante ausente da vida associativa – não conseguiram dar orientações para o cumprimento dos objectivos estatutários estritamente relacionados com as explorações arqueológicas, que continuavam a ser omissas da acção associativa, com excepção das escavações de Nabância, em Tomar, no tempo de Possidónio (1881-1884) e das escavações de Areias, em Cascais, conduzidas por um dos discípulos de Leite de Vasconcellos, Félix Alves Pereira (1865-1936), ainda no tempo de José Pessanha (1918).

A ligação de Leite de Vasconcellos (fig. 14) à actividade arqueológica é vaga e genérica e está informada dos princípios gerais dos Estatutos. A AAP era uma “promotora de estudos de antiguidades” – onde os seus “membros, com os olhos sempre dirigidos para o passado, que é o chão fecundo a que por inúmeras raízes se liga o presente, procuraram investigar, interpretar tudo quanto formou o viver material e em parte psíquico e social dos nossos maiores, revelado em monumentos, ruínas, inscrições, moedas, objectos de uso domestico, armas, instrumentos

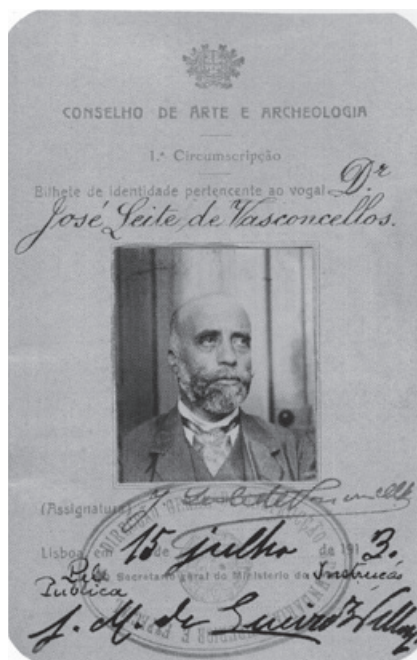


Figura 14 – José Leite de Vasconcellos. Cartão de Identidade de Vogal Efectivo do Conselho de Arte e Arqueologia da 1.ª Circunscrição, Lisboa, 15 de Julho de 1913. Fotografia colada em cartão. Gentileza do Arquivo Fotográfico do Museu Nacional de Arqueologia.

de trabalho, altares sagrados a deuses e deusas”. A ideia principal do valor associativo da arqueologia, num homem cioso das vantagens estatais alcançadas no labor do “seu” Museu Etnológico, era a possibilidade de reunião de todos os associados “em sessão”, onde comunicassem “uns aos outros os resultados a que chegaram em longas lucubrações” (VASCONCELLOS, 1922). Naquele tempo, somente os estudos e investigações de pré-história de Joaquim Moreira Fontes (1892-1960), iniciados ainda no final da gestão de Pessanha, tiveram eco na vida associativa, talvez anunciadores das preocupações futuras, expectantes quanto ao desenvolvimento em sede de actividade concreta, distante do período histórico em questão. Aliás, tinham esmorecido as iniciativas anunciadas no Congresso Arqueológico Nacional, reunido em Tavira, em 1920, no qual participou Garcez Teixeira. Este Congresso elegera uma Junta Arqueológica Nacional, que chegou a reunir-se na sede da AAP, em 1921. Mas os seus efeitos foram muito limitados, pela fraca participação de arqueólogos, prova que a arqueologia ainda estava

longe de obter a consagração na actividade concreta da Sociedade do Carmo. A eleição de Gustavo de Matos Sequeira como representante nesta Junta prova que a História, enquanto motor da vida associativa, ainda dominava sobre a Arqueologia. Por outro, não era admissível que a personalidade de Leite de Vasconcellos se abrisse às reivindicações do Congresso de Tavira, que tentavam disseminar o princípio das explorações arqueológicas pelo país e a conservação e salvaguarda do património arqueológico, pondo em cheque o marasmo institucional e governativo e a idiosincrasia dominante nos arqueólogos do Museu de Belém.

Pelo contrário, a arqueologia que continuava a vicejar pela associação, estava ainda vinculada às «antiguidades» (no sentido original do termo) e ao rescaldo da demolição de edifícios, onde os achados arqueológicos ocasionais eram a principal substância, destinando-se a impedir a sua destruição em sede de momento de descoberta (acção conservativa). A recolha desses achados servia a causa associativa, quer passassem a ser espólio da AAP, onde seriam objecto de estudo arqueológico, histórico ou artístico, quer se centralizassem no museu de Leite de Vasconcellos, quer entrassem – no caso de menor significância – num ou noutra museu municipal ou regional. Mesmo atendendo ao aumento de preocupações públicas e sociais pelo património arqueológico, Leite de Vasconcellos limitou-se a referir generalidades quanto ao Museu de Arqueologia do Carmo “onde o publico póde contemplar, expostos por ordem cronológica ou tipológica, muitos objectos, dependentes das classes que ficam mencionados, e provenientes, na sua grande maioria, do nosso país, o que os torna outros tantos elementos de conhecimento da historia patria” (VASCONCELLOS, 1922).

Em contrapartida, as questões do património da nação ou do património português no mundo, revelavam a vértebra principal da vida da associação, como seiva essencial do legado associativo, quer através de algumas representações oficiais (como a luta contra as tentativas de “ganancioso vandalismo”, respondendo à retirada das estátuas de pedra de Ançã do altar-mor da Sé de Braga, im-

pedida por acção da AAP e do director do Museu) e a análise de projectos de restauro (como o da Capela dos Coimbras, em Braga, do architecto José Vilaça, datados de 1923), quer através da promoção de visitas de estudo, numa continuidade da obra de José Pessanha, quer ainda por via de conferências públicas, cujo arranque também fora dado na década antecedente (FONTES, 1926: 25-60; *Arqueologia e História*, 1923: 173-191). No campo das visitas, refira-se a internacionalização da AAP, marcada com a peregrinação científica a Ceuta, a Alcácer-Ceguer e a Arzila, realizada sob a direcção de Afonso Dornelas, em 1923 (DORNELAS, 1923: 173-191; DORNELAS, 1924 e MENDONÇA, 1923), no âmbito das relações culturais entre o Câmara Municipal de Lisboa e o Ayuntamiento de Ceuta e dos jogos florais entretanto realizados, na capital. Esta visita chamou a atenção para o monumentos portugueses em Marrocos, iniciativa com largo espectro de inovação, porventura inserida na valorização e classificação do património português construído nas ex-colónias, que começara a preocupar os poderes públicos e se iniciara em Angola (1922), seguido de Moçambique e da Índia. Alargava-se o âmbito da territorialidade dos monumentos portugueses, aspecto que a Sociedade das Nações começara a acarinhar, a partir de 1922.



Figura 15 – Dipoloma de Sócio Efectivo da AAP de Afonso Dornelas, 1910, Arquivo AAP.

### 3. CAMINHOS DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E MUSEOLÓGICO

#### 3.1. Obras de consolidação do «monumento nacional»

Desde a instalação da AAP na antiga Igreja do Convento do Carmo que havia a noção dos problemas de conservação do edifício e das suas limitações quanto à aplicação dos espaços para museu e às dificuldades da sua valorização. Ao longo desses tempos sempre se realizaram trabalhos de limpeza e várias adaptações do edifício, mas impunha-se que as obras fossem conduzidas pelos serviços de monumentos do Estado, face ao investimento requerido pela dimensão do monumento, urgindo que se enquadrasse nas perspectivas modernas do restauro. O envolvimento do Estado só passou a ganhar novos contornos, quando o edifício foi classificado como Monumento Nacional, entre 1907 e 1910.

Depois da implantação da República, o Ministério do Fomento toma conta do assunto e desenvolve-se um programa de conservação e restauro, da responsabilidade de Leonel Gaia (1871-1941), um arquitecto activo na Sociedade Portuguesa de Arquitectos, por esses anos Presidente da Sociedade dos Arquitectos (1915-1917). Este programa teve diversas vicissitudes, determinadas pelas diferentes perspectivas anunciadas pelas direcções, mas acabou por estabelecer-se em duas fases, entre 1910-1912 e definitivamente entre 1914 e 1916. Visto no seu conjunto, atendia às necessidades urgentes do edifício e à sua adaptação às exigências do museu constituído, através de nove pontos: 1 – Consolidação dos arcos do monumento; 2 – Limpeza e consolidação das abóbadas das capelas da abside; 3 – canalização das águas pluviais nas naves e transepto; 4 – construção e conservação dos pavimentos das capelas; 5 – construção de uma «marquise» de ferro e vidro para servir de cobertura da nave sul, colocada a um terço da altura, de modo a abrigar os túmulos que ali estavam montados da acção das chuvas; 6 - complemento da escada da torre e sua comunicação com a últi-

ma capela do lado esquerdo, pela porta ogival en-taipada, estabelecendo-se por via dessa escada o acesso aos terraços sobre as abóbadas das absides; 7 - pintura das portas exteriores; 8 - ampliação da janela rasgada na última sala à direita; 8 - pequenas reparações internas (Actas e Relatórios de 1910-1912 e Relatório da Direcção, 18 de Fevereiro de 1916, nomeadamente *Boletins da AAP*, XII, 4: 206-207 e XIII, 5: 226-227).

Nas obras do «Edifício do Carmo» há que atender à sua concepção e à sua execução, que ocorrem de acordo com tempos específicos, por vezes contraditórios e temporalmente não coincidentes. Debatem-se duas concepções de restauro do monumento classificado que chocam em parte com as funções museológicas dos espaços, estes por si só distintos quanto ao modo de expor – espaços fechados e espaços ao ar livre, tendo em consideração que as próprias ruínas participavam da vocação museológica. Importava recuperar as ruínas ligadas à história da independência de Portugal, que fazia do edifício um “monumento-reliquia” e ao mesmo tempo renovar o museu, associando-o à função de local de visita pública, na sua dupla perspectiva – ruínas do terramoto e mostra permanente das colecções da AAP. A recuperação, contudo, requeria um conhecimento mais aprofundado do edifício, objectivo difícil de atingir naquele tempo. A igreja do Carmo, na sequência do restauro empírico, neogótico do pós-terramoto de 1755 (aspecto mal equacionado pelas diferentes direcções) requeria a compreensão dessa campanha de obras, para evitar duas coisas: que a campanha de obras fosse considerada um vandalismo de construção (para a teoria de restauro em voga desde Boito, era apenas mais uma campanha de obras) e, por outro, que não fosse valorizada como uma tradição do gótico medieval. Esta problemática foi trabalhada quer na Comissão dos Monumentos, quer no seio da própria associação, dada a discussão travada pelos líderes das concepções do restauro moderno em Portugal que partilhavam princípios comuns tanto naquela Comissão, como na Secção de Conservação e Restauro da própria AAP – Rosendo Carvalheira, Adães

Bermudes, José Pessanha, Leonel Gaia, José Maria Cordeiro de Sousa e António do Couto.

As concepções iam desde um completamento do edifício, à renovação com a construção de estruturas pré-fabricadas de ferro e vidro e à intervenção minimalista, assente na consolidação das ruínas e na imagem da arquitectura gótica prevalecente (mais cogitada do que real). A primeira opção desde cedo foi posta de lado (VITERBO, 1904). A segunda, teve bastantes adeptos (entre eles Pessanha), pois resolveria o problema da conservação das peças colocadas nos espaços não cobertos, nomeadamente os túmulos artísticos que ocupavam a nave sul. Mas a sua filosofia não se enquadrava no conceito de conservação do edifício que as estâncias oficiais defendiam. Era uma renovação integrada no espírito da arquitectura do ferro, muito em uso nos pavilhões das exposições industriais, adoptando-se uma «outra» linguagem neogótica que tinha reflexos contraditórios no próprio cenário monumental das ruínas. A opção de intervenção minimalista, estava mais de acordo com o pensamento da época, implicando a resolução da circulação orgânica da água das chuvas, o resgate de partes do edifício (que passaram a ser uma das exigências da AAP junto dos governos) e a ideia de beneficiação e valorização das salas do museu criadas na abside da igreja - melhor apetrechadas para a colocação do espólio artístico e arqueológico. Na realidade, neste caso as ruínas arqueológicas tinham uma função, uma componente viva, que era o Museu do Carmo.

As opções tomadas em sede de obras e em direcção acabaram por implicar a desistência da solução das “marquises” de ferro e vidro e a apresentação das ruínas na sua verdadeira dimensão e veracidade, implicando um longo processo de remoção das obras similares que tinham sido implementadas no arco cruzeiro, no seu gigantesco portal neogótico de acesso à abside. A execução demorou e, na realidade, face aos problemas económicos e financeiros do país, só tiveram conclusão durante o Estado Novo, com as últimas obras da DGEMN, depois da 2.ª Guerra Mundial (1949). Nesta altura, o resultado final estava, na sua gene-

ralidade, de acordo com as concepções da Carta de Atenas (1931). O próprio aumento do espaço expositivo previsto com a reintegração da sacristia maneirista da Igreja e anunciada desde a exposição dos Tapetes de Arraiolos ou na legislação de 1923, não se verificou na época republicana, sendo uma conquista tardia, noutra contexto histórico.

### **3.2 A reforma do Museu**

A herança museológica da AAP, à época da revolução republicana, não era um legado fácil de trabalhar, nem era adequado aos tempos modernos da história do património a nível europeu. O museu era o fruto das concepções da cultura de antiguidades do nosso país, tal como eram entendidas nos meados do século XIX. Funcionara mais como um gabinete de curiosidades do que como um museu de arqueologia, onde se tinham reunido objectos de diferente proveniência e de diversidade tipológica e cronológica, apresentados aos sócios e ao público com reduzidos critérios museográficos, sendo que muitos fragmentos arquitectónicos eram conservados com o intuito de evitar «vandalismos», mais do que por razões de valor artístico, histórico ou arqueológico. As primeiras fotografias do Museu, mostram essa amalgama de objectos, na qual mal se distingue um discurso expositivo coerente, prova de uma confusa visão de antiquário, onde emergiam espécimes a que somente os associados poderiam dar algum significado, em função do conhecimento da história da Associação.

É certo que o Museu recebera, pelo menos, uma grande reorganização em relação ao momento da sua constituição e catálogo dos espécimes expostos (1881-1889). Tornara-se o orgulho dos seus fundadores, tanto para arquitectos civis, como para arqueólogos, seus verdadeiros detentores. Evoluíra da ideia inicial de um museu dos monumentos portugueses (de acordo com a filosofia de Alexandre Lenoir) que, aliás, nunca chegou a ser, para um modelo de exposição das diferentes colecções, com consequências concretas para sua vocação e missão. No início, os inventários eram rudimentares e incompletos, revelando incongruências quanto à

nomenclatura, à classificação, à proveniência e à sua arrumação. Faltava a investigação. Quanto à exposição, dependia da natureza dos espaços onde os objectos eram colocados, mas mesmo nas quatro salas da abside a exposição seguia o princípio de actualização da mostra à medida que os novos objectos entravam e requeriam um lugar expositivo exigível pelo associado doador. A breve trecho, a exposição alargou-se para o ar livre, onde os bens culturais eram colocados no solo sem plintos, expostos às condições atmosféricas – tal como aconteceu aos túmulos do rei D. Fernando I de Portugal, de Fernão Sanches ou de D. Constança (com a sua confusa tampa de cavaleiro medieval) –, sem soluções museográficas modernas, amontoando-se muitas vezes, e perpetuando-se tal situação na continuidade dos anos (fig. 16).

A ideia de “renascimento” que se tornou a espinhal dorsal das novas direcções da AAP, reflectiu-se



Figura 16 – Museu do Carmo depois da remodelação ocorrida durante a década de 1916-1926. Arquivo Histórico da DGEMN. IHRU – Documentação Fotográfica: SIPA – Foto 00506514.

também na remodelação do museu, tanto a nível de projecto geral, na sua relação com as obras de valorização do monumento, e nas diferentes especialidades, mostrando que passou a haver conceitos de índole museológica e uma intenção clara em alterar a museografia dos objectos expostos. O museu devia constituir-se como um “museu de educação” e não de curiosidades, e responder à natureza da investigação científica que era feita dentro das suas portas, tornando-se uma instituição de carácter público, ainda que propriedade de uma associação, isto é, transformar-se num verdadeiro “museu arqueológico”, de acordo com os fins estatutários.

A resolução da renovação do museu implicava três ordens de ideias. A primeira, estabelecer a correlação entre as obras de restauro e a exposição permanente, isto é, a construção do museu propriamente dito, nas suas conquistas de espaço e na sua ideia directora. A colaboração prestada pela Direcção Geral de Obras Públicas e Minas, sob a égide de José Maria Cordeiro de Sousa (†1923) foi fundamental e criou as orientações que facilitaram a reinstalação de muitas das peças, nomeadamente dos túmulos, nas capelas da abside, na qual colaboraram o arquitecto António do Couto, então director do restauro da Sé de Lisboa e o mestre canteiro do Mosteiro da Batalha, Carlos Simões Franco, sob fiscalização de José Queiroz.

A segunda, deveu-se a um aprofundamento dos conceitos de museografia, envolvendo a direcção associativa e os conservadores do museu num projecto colegial, integrando diferentes perspectivas experimentadas pelos seus conservadores – Félix Alves Pereira, José Queiroz, Gustavo de Matos Sequeira e Mêna Júnior – na sua própria actividade profissional. Recorde-se que o número de conservadores passou de três para quatro, entre 1912 e 1925 e para seis, de 1925 a 1932. Note-se que Félix Alves Pereira fora conservador do Museu Etnológico Português, tendo trabalhado com José Leite de Vasconcellos, José Queiróz fizera o Museu de Mafra (1911) e trabalhava no Museu Nacional de Arte Antiga, com José de Figueiredo, Mêna Júnior, fora um dos responsáveis do Museu de S. Roque

(1909) e Matos Sequeira um dos obreiros do Museu da Cidade, quanto este esteve ligado à AAP (1923). A museografia, enquanto arte de organização e exposição de colecções em museus, afirmou-se na Europa, entre os fins do século XIX e 1934, data em que realizou o *Congresso Internacional de Madrid*, do *Comité Internacional dos Museus*, organismo da Sociedade das Nações. Vivia-se então um movimento para a valorização dos museus em termos da apresentação das colecções ao público, experimentando-se soluções que pudessem contribuir para a modernização e maior atractividade dos visitantes aos espaços de arte, história e cultura. Mesmo admitindo que alguma influência internacional houve na equipa do Carmo, radica mais na soma dos conhecimentos individuais ao serviço associativo, o que não deixa de ser relevante.

A conjugação entre museografia, investigação dos espécimes – de que o estudo da heráldica de Afonso Dornelas é um testemunho muito interessante (DORNELAS, 1914-1915: 122-134 e 142-188), aliás essencial para a exposição de Heráldica de 1923 – e conservação do património museológico, levado a cabo pela AAP, sobretudo a partir de 1916, permitiu construir um museu arqueológico mais de acordo com os novos tempos e, nesse aspecto, a remodelação museológica é igualmente uma obra da AAP da era republicana, embora se saiba que dadas as sucessivas dificuldades associativas e políticas do país, se repercutiu na demora da sua concretização (bases concluídas em 1926). Criou-se assim um museu mais adequado aos novos tempos e ao gosto da sociedade, implicando um diálogo mais profundo, entre arqueologia, arquitectura, arte e museografia.

Atenda-se ainda à incorporação de novos objectos e colecções durante o período de demolições de conventos e edifícios (1910-1924), próprio da modernização da cidade de Lisboa ou de transformações urbanas no país, em ambiente de luta contra os vandalismos da nova época da história de Portugal. Na própria incorporação, ponderam-se nessa altura a necessidade de completar colecções ou de deter objectos de maior interesse artístico e

arqueológico, situação que trouxe soluções de troca, de doação ou de armazenamento menos cuidado dos objectos preteridos, nos exíguos espaços associativos. A história da incorporação pode, pois, observar-se, minuciosamente através das actas e relatórios da direcção e as actas das reuniões da assembleia geral, devendo ser um aspecto a estudar noutra oportunidade.

Por sua vez, a conservação dos objectos museológicos passou a ser uma constante preocupação. Foi no tempo de José Pessanha que os túmulos acima referidos deixaram de estar expostos nas naves expostas às condições atmosféricas para incorporarem o discurso expositivo das salas interiores do Museu, depois de um trabalho meticuloso de transporte, de assentamento no solo e de valorização, travando deste modo a sua deterioração crescente na exposição ao ar livre.

Mas uma terceira ideia, menos conhecida, esteve na génese da remodelação do museu, implicando com os dias da sua abertura ao público. A AAP desenvolveu, a partir de 1914, uma interessante experiência que foi a realização de exposições temáticas, as quais colaboraram para o dinamismo associativo posto em marcha pela equipa de José Pessanha. Efectivamente, esta iniciativa contribuiu para a afirmação do Museu Arqueológico junto do público, dado que as ditas mostras funcionaram, de certo modo, como exposições temporárias, ou pelo menos, como estímulo à atracção social de novos públicos, interessados em assuntos mais diversificados, mantendo-se o carácter educativo prevalente. Por um lado, procedia-se à apresentação de espécimes e colecções do Carmo, integrando objectos requisitados noutras instituições, mostrando a unidade cultural entre todos eles. Por outro, exibiam-se a força cultural de algumas secções de estudo (arqueologia lisiponense, heráldica, diplomática e bibliografia), a cedência criteriosa dos espaços expositivos a artistas consagrados (como aconteceu com as exposições de aguarelas de Alberto de Sousa), ou o resultado de acordos entre organismos que pensavam a arte e a arqueologia de forma diferente, especialmente nas mostras vinculadas à histó-

ria das indústrias caseiras do povo português – *Exposição de Tapeçarias de Arraiolos* (1917), *Exposição de Rendas* (1923) – garantindo a troca de experiências culturais, como aconteceu com o caso da equipa editorial da revista *Terra Portuguesa* (Sebastião Pessanha, Vergílio Correia ou José Queiroz, aliás ligados por laços associativos à AAP).

A remodelação acabou por ter efeitos sociais e financeiros na AAP, mesmo durante a Grande Guerra e no período crítico do pós-guerra. O número de visitantes cresceu, não apenas por ter acompanhado a abertura ao público durante mais dias por ano, mas porque se alargou a base social de visitantes, nacionais e estrangeiros (MARTINS, 2006: II, Figuras 500-503). Mesmo atendendo ao efeito das obras na orgânica do museu, nota-se uma melhoria de gestão interna, que potencia a AAP como instituição de carácter público, com a repetida presença de Presidentes da República em actos inauais ou comemorativos e lhe confere uma função mais actuante na sociedade portuguesa. Aos olhos da população, a AAP reforçava a sua função de instituição educativa de prestígio no quadro da vida cultural portuguesa. Este facto, deu notoriedade ao Museu do Carmo, entre os museus portugueses daquela época. Este facto era notório, dado tratar-se de um museu que não se integrava nos museus tutelados pelo Estado ou pelos municípios, obra de uma sociedade privada e, simultaneamente, estimado pelos poderes públicos, que nele encontravam um espaço de visibilidade da cultura portuguesa e um local de visita de escolas, instituições, associações, fábricas, sindicatos e povo, de Norte e Sul do país. Note-se que esta visibilidade não passou despercebida a nível internacional, face ao número de visitantes estrangeiros em crescendo durante a República, de tal forma que o museu acabou por ser colocado no inventário organizado pelo Comité Internacional dos Museus, um organismo com assento no Instituto de Cooperação Intelectual da Sociedade das Nações (1926).

## **4. PROTECÇÃO, SALVAGUARDA E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO (1911-1926)**

### **4.1. Participação pública na Comissão dos Monumentos da 1.ª Circunscrição Artística (1911-1926)**

Em 2009-2011, demonstrámos como, durante a República, a AAP obteve um lugar singular na história do património em Portugal, por via da participação de um sócio efectivo, como delegado eleito da Sociedade, com assento no seio da Comissão dos Monumentos da 1.ª Circunscrição Artística (CUSTÓDIO, 2011b: 537 e ss.). Esta participação teve influência genérica na filosofia de conservação e restauro do “património da nação”, dado o magistério que a Comissão de Monumentos de Lisboa teve nas suas congéneres de Coimbra e do Porto. Esta participação foi de ordem consultiva e deliberativa e assentava no uso do voto democrático em sede de reunião, pelo que também exerceu uma ascendência efectiva na determinação dos princípios e critérios de restauro aplicados em Portugal entre 1911 e 1932, mesmo depois das comissões dos monumentos terem sido extintas, em inícios de 1926. Por outro lado, o efeito desta participação ecoa também no interior da AAP, pois serve de medida de aferição das suas próprias atitudes de salvaguarda, conservação e restauro, moldando-lhe o comportamento nas grandes questões da sensibilização e protecção do património arquitectónico português.

A AAP manterá durante cerca de quinze anos um seu representante junto da CM, pressupondo um estágio superior de intervenção que jamais a AAP alcançara até então, mesmo considerando as suas relações com os serviços oficiais no tempo de Possidónio da Silva<sup>24</sup>. De certa maneira a sua experiência e opinião no campo da salvaguarda e conservação a nível nacional passava a ser integrada

---

<sup>24</sup> A eleição do sócio efectivo João Rodrigues Fernandes (†1912), como vogal nato da AAP no Conselho Superior dos Monumentos Nacionais, em 27-12-1906, depois de aceitação desta corporação consultiva, acabou por não se concretizar porque não houve nomeação oficial (Relatório do Conselho Facultativo, *Boletim*, XI, 2: 94).

nas decisões oficiais. As razões desta escolha oficial podem apresentar-se. Desde os anos 60 do século XIX, a AAP tinha-se dedicado às questões de defesa, salvaguarda, conservação e propagação do património, numa escala nacional, contando com centenas de vogais correspondentes em actividade no território<sup>25</sup>. Na realidade, “a defesa do nosso património artístico – dizia-se – é, sem contestação, um dos artigos basilares do nosso programa” (Relatório da Gerência de 1913, *Boletim da AAP*, 4, 1915: 193). Fora um cadinho de formação das sucessivas gerações que trabalharam nas estudos e salvaguarda do património, com repercussões desde o movimento de 1897 até à Ditadura Militar.

A sua participação na Comissão dos Monumentos não a priva de uma posição crítica coerente em relação à política patrimonial do país, até porque na sua organização interna a discussão sobre os monumentos e a conservação tinha expressão numa secção específica para o estudo da “conservação e restauração dos monumentos”, reunindo personalidades de craveira nacional, entre os quais Miguel Ventura Terra, Rosendo Carvalheira, José Alexandre Soares, Ernesto Korrodi e José Teixeira Lopes (Acta n.º 70, de 28 de Março de 1912, *Boletim*, XII, 10, 1912: 484-485). A atenção dedicada a este problema explica a tomada de posição da AAP a respeito das consequências para o património construído da aplicação da Lei de Separação do Estado das Igrejas (1911), apresentada pelo sócio Santos Farinha, face ao número de edifícios integráveis na categoria de monumentos nacionais e outros valores arquitectónicos de enorme relevância, devendo impedir-se que eles fossem objecto de qualquer alteração de “estrutura ou decoração” (Relatório da Gerência de 1913, *Boletim*, 4, 1915:193).

O arquitecto Rosendo Carvalheira foi eleito pelos seus pares, como primeiro representante

---

<sup>25</sup> Em toda a vida associativa da AAP, entre 1864 e 2013, 817 sócios correspondentes. O final da monarquia constitucional e durante a 1.ª República (1897-1932), foi o período áureo da correspondência associativa, com 331 sócios correspondentes. Cf. Arquivo da AAP, Secretaria – Registo de Sócios. Ver também, DIAS, 1904.

na Comissão dos Monumentos de Lisboa. Entre 1911 e 1919, altura do seu falecimento, deixou uma marca perene do seu pensamento e actividade na conservação dos monumentos, ele que era simultaneamente um funcionário do quadro do Ministério do Fomento, transpondo para a prática as decisões democraticamente tomadas em sede da Comissão. Até 1925, a AAP cumpriu o preenchimento desta função no organismo consultivo, através de outras três personalidades de relevo da Sociedade **[Quadro]**: José Queiroz, Félix Alves Pereira (fig. 17) e Francisco Augusto Teixeira Garcez. Os dois primeiros, após a morte de Rosendo Carvalheira, não exerceram o cargo com tempo suficiente para imprimirem o seu pensamento na definição dos critérios, embora este aspecto ainda não esteja suficientemente esclarecido. Quanto a Teixeira Garcez (fig. 18), que em 1920 era já um líder da defesa e conservação do património do país, deixou a sua marca, dado ter trabalhado, antes de ingressar nos órgãos directivos da AAP, em diversas frentes de combate, na organização do serviço de monumentos militares, na salvaguarda do Convento de Cristo e dos monumentos de Tomar. Cõscio da necessidade de uma reforma da política de salvaguarda dos monumentos de arte e história, Garcez Teixeira trabalhou na apresentação de inúmeras propostas de classificação, que acabaram por ser aprovadas em sede da Comissão dos Monumentos e homologadas ministerialmente, apresentou projectos legislativos, para os quais contribuiu o seu projecto de lei de defesa dos monumentos **[Anexo]**, apresentado na AAP<sup>26</sup>. Organizou o inquérito nacional sobre os pelourinhos, dando continuidade a uma iniciativa iniciada em 1904, mas agora a nível oficial, sendo o principal responsável pela sua identificação rigorosa (*Inquérito sobre Pelourinhos*, 1935) e classificação, facto que só veio a acontecer em 1933, por decreto do Estado Novo.

---

<sup>26</sup> Este projecto encontra-se integrado no Relatório da Gerência de 1920 (*Arqueologia e História*, V, 1926:151-152).

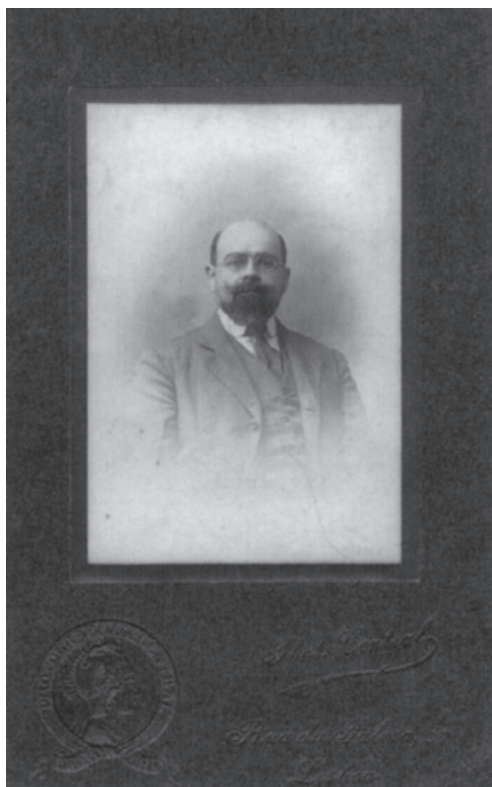


Figura 17 – *Felix Alves Pereira*. Gentileza do Arquivo Fotográfico do Museu Nacional de Arqueologia.

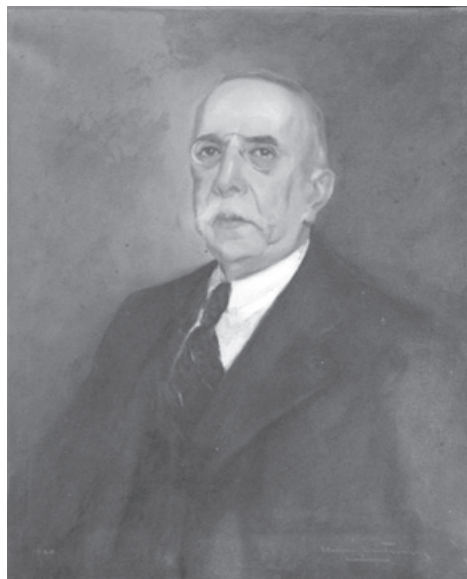


Figura 18 – *Coronel Francisco Augusto Teixeira Garcez*. Pintura sobre tela de Henrique Tavares. 1940. Reprodução fotográfica. 2004. Museu Municipal de Tomar. Gentileza do arquitecto José Faria. Para além de dirigente associativo e delegado da AAP na Comissão dos Monumentos a sua actividade é fundamental para compreender o peso da AAP na associação que criou em Tomar, a União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo, fundada em 1918.

**Quadro 1** – Vogais efectivos indicados pela Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Delegado	Período	Função na AAP	Profissão	Estatuto e Local de Trabalho
Rosendo Carvalheira	1911-1919	Vice-Presidente AG	Arquitecto	Arquitecto de 2.ª Classe Responsável por obras de restauro. Ministério do Fomento
José Queiroz	1919-1920	Membro e Direcção	Conservador	Conservador do MNAA. Responsável pelo Inventário dos Azulejos de Portugal (1916-1920)
Félix Alves Pereira	1920-1922 <sup>27</sup>	Membro e Direcção	Arqueólogo	Arqueólogo e Conservador do Museu Etnológico Português. Parlamentar
Francisco Augusto Garcez Teixeira	1922-1925	Membro e Direcção	Engenheiro Militar	Inspector dos Monumentos Militares

<sup>27</sup> Félix Alves Pereira pediu a exoneração da representação da AAP na Comissão dos Monumentos da 1.ª Circunscrição Artística, na qual foi substituído por Francisco Augusto Garcez Teixeira, na Assembleia Geral de 28 de Janeiro de 1922, comunicando ao Presidente da Comissão, em 8 de Fevereiro de 1922. AHAAP - Correspondência Expedida, Ano de 1922.

Trabalhar a nível nacional esteve sempre nos horizontes da AAP. A acção que exerceu na proposição da classificação imóveis continuou a manifestar-se no tempo de República, propondo na Comissão dos Monumentos ou junto do Ministério de Instrução Pública, novos edifícios. Mas o reconhecimento oficial do Governo da República, que lhe

conferiu capacidade de intervenção directa na 1.ª Circunscricção, por via da sua idoneidade e significado nacional, era algo de novo. De igual modo os efeitos de uma participação activa criavam outras sinergias que se materializavam em procedimentos, estudos e análises mais céleres. A sua influência aumentou, embora o país em crise não tivesse sabido aproveitar as vantagens dessas novas sinergias.

A AAP deixou um marca positiva na Comissão dos Monumentos, quer a nível da protecção, salvaguarda e classificação dos monumentos, quer na conservação e definição das políticas e dos princípios que as deviam nortear. Através da acção concreta dos seus delegados, sobretudo Rosendo Carvalheira, pôde mostrar que não estava a falar de cor, mas que valorizava a *praxis*, como estratégia experimental de restauro.

Refira-se que o prestígio alcançado, permitiu-lhe também iniciar uma notável colaboração na Comissão de Estética da Câmara Municipal de Lisboa. Esta colaboração era discutida tanto no Conselho de Arte e Arqueologia, como na Comissão de Monumentos e veio a efectivar-se, a partir de 1919, através de uma notável colaboração à referida Comissão, que então procedia à classificação dos imóveis da cidade de acordo com a Comissão dos Monumentos. Contribui para essa intervenção o trabalho executado pela Secção de Arqueologia Olisiponense, que levava a efeito a exposição Olisiponense de 1914 (ver fig. 5). A Câmara Municipal de Lisboa solicitou à AAP um “inventário das edificações que, pela sua antiguidade, aspecto característico ou valor histórico”, deviam “ser respeitadas” (1919). A inventariação devia decorrer sob direcção da Comissão de Estética, mas pelo facto de contar com aquela Secção, onde dois dos seus vogais passaram pela Conselho de Arte e Arqueologia, garantiu uma indicação adequada dos edifícios a preservar na capital, numa época em que a estética da cidade estava na ordem do dia (Ofício da Câmara Municipal de Lisboa, AHAAP, in MARTINS, 2005: II, fig. 207). Saliente-se, em prol do lugar que a AAP teve nesta causa, que foi por proposta de Adães Bermudes, na sessão de 6 de

Maio de 1912, que esta Sociedade propôs a criação de comissões de estética em todos os municípios, a exemplo da que se instalara em Lisboa, “compostas de criticos d’arte, archeologos e artistas, a fim de emitirem o seu parecer sempre que houvesse necessidade de fazer” em matéria de expropriações, de modo a poder conciliar o progresso com a Arte e Arqueologia (Acta 72, de 6 de Maio de 1912, *Boletim*, XII, 11: 530-531).

Este capítulo da história da AAP encerra-se, com a extinção legal das comissões dos monumentos das Circunscricções Artísticas, em Fevereiro de 1926. Coincide com a mudança de orientação de política interna da Associação, pois é notória cada vez mais um dedicação aos estudos históricos, artísticos e arqueológicos e o abandono gradual da vertente activa da salvaguarda do património artístico, monumental e arqueológico que a notabilizara, até ao fim da década de 1920. Em 1928, o Conselho Administrativo da AAP, resolveu fazer uma representação ao Ministro da Instrução Pública, Alfredo de Magalhães, protestando contra o seu afastamento no Conselho Superior de Belas Artes, organismo recém-criado, substituto das comissões dos monumentos, “na qual se pede que justiça seja feita a quem, como a nossa Associação, tanto tem trabalhado em prol dos monumentos artísticos ou arqueológicos que nos restam do passado” (*Arqueologia e História*, VI, 1927-1928: 247). Mas, a história do património de Portugal entra a partir de 1929, com a criação da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, numa nova fase, dominada pela centralização e o corporativismo, cabendo à AAP assumir a sua vocação estatutária prioritária dos estudos de arqueologia. O desenvolvimento da arqueologia portuguesa é sentido cada vez mais, como o futuro associativo.

#### **4.2. Movimentação social e afirmação pública no período republicano**

A dinâmica da AAP compreender-se-á melhor se estudarmos a movimentação interna e externa dos seus associados e as suas relações com outras associações do país, sejam locais sejam nacionais, quer

a nível de actividades, quer a partir das rede de correspondências normais ou fomentadas entre sócios da primeira e as individualidades das segundas. Este assunto encontra-se estudado, no período republicano, à escala nacional. Ali dissemos que “no fenómeno da correspondência encontra-se à cabeça a Associação dos Arqueólogos Portugueses. A AAP ciente do seu papel e da gravidade dos problemas nacionais do património estimula o associativismo local, nos casos de Évora, de Santarém, de Lisboa, de Viana do Castelo ou de Tomar. Essa rede de influência gera uma nova rede de relações, nas quais o apoio dos próprios arqueólogos, inscritos nas novas agremiações, garante a eficácia. Se a AAP é uma espécie de central de recepção e distribuição da informação, definindo assim uma rede principal de relações entre a comunidade científica defensora dos monumentos, as associações locais são como que cooptadas para a esfera da rede principal, pela emergência de redes secundárias de amigos dos monumentos, que têm com a AAP, ou com os seus membros espalhados pelo país, uma lógica de reprodução e de troca de conhecimentos e experiências” (CUSTÓDIO, 2011b: 213-223).

Na realidade, a escala do país é o espaço ideal da intervenção da AAP. O que era reduzido era o número de associados efectivos em actividade. No período republicano, o número de novos sócios cresceu, num total de 276 novos membros efectivos e correspondentes (24,38% em relação ao total

inscrito entre 1863 e 1910). Mas mesmo considerando aqueles que se encontram em efectividade de acção, verifica-se uma expansão de iniciativas e de intervenções, que aliás vão para além do programa de actividades da casa, tornando-se úteis para o país, quer de forma directa (serviços da heráldica municipal, cuja génese parece ser o caso crítico de solução para o brasão do novo concelho da Marinha Grande, município criado em 1917), quer de forma indirecta. No último caso, refira-se a participação nos actos públicos de defesa do património ou a colaboração com outras associações, quer integrando a sua orgânica interna e direcção (como foi o caso do delegado da AAP, Cândido Madureira, na direcção da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo), quer inscrevendo-se como sócios de outras associações, levando mais longe a sua influência (Grupo Pró-Évora, União de Tomar, Instituto Histórico do Minho, etc.), quer agregando novas associações à sua actividade (Estudos Etnológicos da Beira), quer participando na actividade e produção literária de outras sociedades.

Vimos acima o papel das excursões aos monumentos e a influência exercida pela AAP no aro urbano do Distrito de Lisboa, como também em Évora (fig. 19), em Santarém ou em Tomar. As relações preferenciais com os Conselhos de Arte e Arqueologia de Coimbra e Porto, testemunhadas pela correspondência trocada, também mostram que existe uma audiência em relação aos pontos de



Figura 19 – *Excursão Artística da Associação dos Arqueólogos Portugueses a Évora, em 11 de Junho de 1916. Retrato do Grupo junto ao Convento do Espinheiro.* Fotografia António de Sottomaior. Reprodução. Arquivo do Grupo Pró-Évora. Núcleo fotográfico.

Indicam-se os sócios participantes desta visita, da esquerda para a direita: Henrique Chaves (?); Alberto de Sousa (artista); José Queiroz; Sofia Lette Nogueira de Brito; Francisco Nogueira de Brito; Sebastião Pessanha; Gustavo de Matos Sequeira; Vergílio Correia; Mário Leitão; Afonso Dornelas; José Pessanha.

vista que eram trocados. Saber a opinião da AAP era salutar, mesmo que houvesse divergência. A rede de correspondentes da Associação e os seus delegados provam o grau de afirmação pública da AAP no período republicano, reproduzindo um movimento que vinha de trás e que a publicação do *Boletim de Arquitectura e Arqueologia* alimentara.

Por tudo isso, a movimentação da AAP à escala do país deve observar-se através da rede de relações com outras associações, espalhadas pelo país e intrinsecamente relacionadas com questões científicas comuns ou afins ou apostadas na intervenção cívica e pública ou na união de esforços para pressionar os órgãos políticos, ministérios, Parlamento ou instituições estatais. Há um elo comum que parece ligar a sociedade civil apostada na defesa do património, no prosseguimento das orientações emanadas do Edifício do Carmo ou na crítica das decisões erradas da autoridade pública. Se tivermos em conta as sociedades com quem a AAP se relacionou durante o período republicano e com quem desenvolveu iniciativas, podemos detectar o alcance do seu posicionamento cívico e interventivo nacional. A troca de correspondência associativa mostrou que uma rede de relações de defesa do património se estabeleceu no seio da sociedade civil e que, entre outras associações que procuraram tirar dividendos desta situação (como o caso da Academia de Ciências de Portugal, recentemente constituída sob a égide da ideologia republicana), a AAP acabou por se afirmar no contexto nacional, dado o legado transmitido a todo o país, em função da independência das posições assumidas e da sua cruzada pela «Tradição».

Um estádio mais elevado de participação cívica esteve na forja ainda no período republicano: a constituição de uma efémera Junta Arqueológica Nacional, uma espécie de federação de amigos da arqueologia portuguesa, no seu conceito mais lato. Esta Junta fora estabelecida pela Academia de Ciências de Portugal, a AAP, a União de Tomar, o Instituto Histórico do Minho e o Grupo Pró-Évora, com documentos assinados por ambas as partes, nas reuniões havidas em Tavira e no Carmo, prova

que a sociedade civil chegou a querer intervir num plano mais elevado da esfera de acção de cada uma daquelas sociedades específicas, no intuito de “auxiliar o Estado na defesa dos monumentos nacionais” (Ofício recebido n.º 396, datado de 12 de Fevereiro de 1921, Arquivo do Grupo Pró-Évora. Correspondência).

Em 1921-1922 tornara-se evidente que as expectativas criadas pela política patrimonial republicana tinham atingido um limite que a sociedade civil não tolerava mais. Goradas as grandes esperanças, era imperioso redefinir o xadrez da vida política e da vida social e intelectual. Adivinhavam-se novos tempos, mas a AAP – embora restringida na sua esfera de participação pública desde 1926 – continuou a manifestar a sua resiliência associativa, o seu modo de estar na arqueologia e no património, procurando construir sempre o seu caminho. Acrescentara ao legado antigo os valores de inteligência e de ética vividos nos tempos republicanos – tornando-os essenciais ao seu estatuto cultural, transmitindo-os ao futuro e afirmando com eles a “simpatia pública” que adquirira desde o tempo de Possidónio da Silva.

## ANEXO

### PROJECTO DE UMA LEI DE PROTECÇÃO AOS MONUMENTOS NACIONAIS

Art.º 1.º – Os imóveis classificados monumentos nacionais que estejam em posse do Estado, são inalienáveis.

Art.º 2.º – Cada monumento nacional terá um curador, individuo ou entidade, nomeado pelo Ministério da Instrução, sob proposta do Conselho de Arte e Arqueologia, devendo ter a sua residência ou séde tanto quanto possível na localidade do monumento.

& 1.º – As funções do curador são gratuitas.

Art.º 3.º – Compete aos curadores zelar pelos respectivos Monumentos:

Propondo ao respectivo CAA e ao individuo ou entidade que tenha a posse ou o usufructo do Monumento, tudo o que julgar conveniente a bem do mesmo.

Suspendendo a execução de qualquer acto que julgue prejudicial ao monumento, quando este esteja na posse do Estado, comunicando dentro de 24 horas às entidades que houverem determinado acto e ao CAA os motivos que determinam a suspensão.

Dando parecer sobre as obras a realizar no Monumento, quando ele esteja na posse do Estado, mesmo que sejam de simples conservação, e seja qual fôr a entidade a cargo de quem esteja a sua execução.

& 1.º – Quando o Monumento não esteja sob a administração de qualquer pessoa ou entidade, o curador desempenhará as funções de administrador.

& 2.º – Os curadores teem direito de visitar o Monumento em qualquer ocasião e poderão solicitar de todos os funcionários públicos, sem que tenham de sofrer quaisquer emolumentos, os esclarecimentos de que necessitem para o desempenho da missão.

& 3.º – Os curadores gozarão da isenção de franquia em toda a correspondencia que, pelas suas funções, tenham de dirigir às autoridades e a particulares.

Art.º 4.º – Todos os objectos que tenham pertencido a algum monumento e que estejam actualmente em posse do Estado, seja qual fôr o usufrutuário serão restituídas ao seu primitivo lugar.

& 1.º – Para que se efectue esta restituição, será organizado pelo curador o respectivo processo, do qual constarão as informações do CAA e das entidades que estiverem na posse do Monumento ou objecto. Cada uma destas informações será prestada no prazo de 30 dias a contar da data da recepção da cópia do processo, cujo original se conservará na posse do curador, e serão considerados favoráveis quando não forem prestadas dentro desse prazo.

& 2.º – Os objectos nestas circunstâncias que se acharem prestando serviço de que não possa prescindir serão pelo Estado substituídos por outro equivalente.

& 3.º – São exceptuados da restituição os objectos que se achem nos Museus, arquivos e bibliotecas publicas quando a informação fundamentada do respectivo director a isso fôr contrário e o Conselho Superior de Arte Nacional com ela se conforme.

& 4.º – São também exceptuados os objectos que não possam ser arrecadados no Monumento com a necessária segurança ou quando com a transferência perigüe a sua conservação.

Art.º 5.º – É o governo autorizado expropriar por utilidade pública os monumentos classificados ou partes desses monumentos que se achem na posse de particulares.

& 1.º – O processo para a expropriação é organizado semelhantemente ao da restituição, devendo conter as informações do CSAN e do CAA e do seu proprietário.

Lisboa, 17 de Maio de 1920

Garcez Teixeira

## FONTES

Arquivo da Academia Nacional de Belas Artes (ANBA).

*Comissão da Reforma do Ensino de Belas Artes.*

Comissão nomeada por decreto de 10 de Novembro de 1875, para propor a Reforma do ensino de Belas Artes e plano para a organização dos museus e o serviço dos Monumentos Nacionais. Actas. 1875. Livro – 22.

*Conselho de Arte e Arqueologia da 1.ª Circunscrição – Comissão dos Monumentos.*

Comissão dos Monumentos. Resumo de Actas, 2. vols. 1911-1925, Livro – 265 e Livro – 266.

Comissão dos Monumentos. 1.ª Circunscrição. Actas. Anos 1911-1914. Livro – 261.

Comissão dos Monumentos. 1.ª Circunscrição. Actas. Anos 1914-1920. Livro – 262.

Comissão dos Monumentos. 1.ª Circunscrição. Actas. Anos 1920-1924. Livro – 263.

Comissão dos Monumentos. 1.ª Circunscrição. Actas. Anos 1924-1925. Livro – 264.

Inquérito sobre Pelourinhos, 2 vols, ms. 1935, Cota – XX-9-6 e 7.

Arquivo da Associação Pró-Évora.

Livros de Correspondência.

Arquivo Histórico da Associação dos Arqueólogos Portugueses (AHAAP).

Actas das sessões da Assembleia Geral. Anos 1925-1932.

Actas dos Archeologos Portuguezes. Actas da Direcção. 10-12-1912 a 10-3-1917.

Associação dos Arqueólogos. Livro de Actas da Direcção. Anos 1921-1925.

Correspondência Expedida.

Correspondência Recebida.

Fotografias, Estampas e Gravuras. Caixas.

Defesa da Torre de Belém, 1918 - Folhas do abaixo-assinado.

Imprensa.

Arqueologia e História, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1922-1931.

Boletim de Architectura e de Archeologia da Real Associação dos Architectos Cívicos e Archeologos Portuguezes, 4.ª Séries, Tomo inicial até o tomo XI, Lisboa, 1865-1909.

Boletim de Architectura e de Archeologia da Associação dos Architectos Cívicos e Archeologos Portuguezes, 4.ª Séries, Tomos XII e XIII, Lisboa, 1910-1921.

Sociedade dos Architectos Portvgveses. Anuario, Anno 1, Lisboa: Typographia do Commercio, 1905.

Legislação.

Diário do Governo, Decretos 1 e 2, de 26 de Maio de 1911.

Diário do Governo, n.º 58, de 20 de Março de 1923.

Diário do Governo, n.º 45, Portaria de 28 de Fevereiro de 1925

## BIBLIOGRAFIA

Associação dos Arqueólogos Portugueses (1916) – *Defesa de Évora*. Lisboa: Imprensa Libanio da Silva.

Associação dos Arqueólogos Portugueses (1918) – *Estatutos*, 1918, Lisboa, Casa Portuguesa.

Associação dos Arqueólogos Portugueses (1925) – *Relação dos Cargos Directivos Eleitos em 1925*. Lisboa.

Associação dos Arqueólogos Portugueses (1925a) – *Decreto n.º 8.630, de 9 de Fevereiro de 1923 e Regulamento Interno Aprovado por portaria n.º 4.360, de 14 de Fevereiro de 1925*, Lisboa: Imprensa Nacional.

BRITO, Francisco Nogueira de (1917) – *Arqueologia Scalabitana. Relatório da Excursão que a Associação dos Arqueólogos Portugueses fez a Santarém no dia 9 de Julho de 1916*, Separata do Boletim da Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, Tip. Casa Portuguesa.

BRITO, Nogueira de (1913) – “Portas Artísticas de Lisboa”, *Notícias Ilustrado*, Ano IV, série II, n.º 184, Lisboa.

CARVALHEIRA, Rozendo (1914) – *Um feixe de saudades*. Esboço de elogio historico dos falecidos socios Valentim José Correia, Conde de S. Januario, Joaquim José da Nova, Adolpho Ferreira Loureiro e Gabriel Pereira, Sessão Soléne em 23 de Novembro de 1913. Comemorações do 50.º aniversario da fundação da Associação dos Architectos e Archeologos Portuguezes, Lisboa: Tipografia do Comércio.

CARVALHO, João Carlos d’Almeida (1896) – *A Sociedade Archeologica Lusitana: As antiguidades extrahidas das ruínas de Tróia e onde é que se acham depositadas*, Lisboa: Typ. Franco-Portugueza (OfficinaLallemant).

CHAVES, Luís (1922) – “A Política dos Monumentos”, in *Arqueologia História* – 6.ª série, vol. 1.º, Lisboa: AAP, pp. 76-83.

- COELHO, António Corrêa Caldeira (1923) – *A Protecção Legal aos Monumentos Nacionais (base para um projecto lei)*, Lisboa, Tipografia do Comércio, 1923.
- CONDE DE SÃO PAIO [D. ANTÓNIO] (1930) – “Para a História da Associação dos Arqueólogos Portugueses”, in *Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, vol. IV – Comemorativo do 75.º Aniversário da Fundação da Associação. Lisboa, pp. 7-35.
- CUNHA, Alfredo da (1914) – *No Cinquentenário da Associação dos Arqueólogos Portugueses – Discurso proferido em 23 de Novembro de 1913 por [...]*, Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Mesma Associação, Lisboa: Tipografia do Comércio.
- CUSTÓDIO, Jorge (1993) – “Salvaguarda do Património – Antecedentes Históricos: De Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1837-1964)”, em *Dar Futuro ao Passado*, Lisboa, SEC, pp. 33-71.
- CUSTÓDIO, Jorge (1999) – *Possidónio da Silva e as origens da salvaguarda e valorização do património histórico-artístico e monumental português*, separata de *Arqueologia e História*, vol. 51, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa.
- CUSTÓDIO, Jorge (2008) – «Renascença» *Artística e Práticas de Conservação e Restauro Arquitectónico em Portugal, durante a 1.ª República*, Dissertação de Doutoramento. Universidade de Évora, 3 volumes, Évora (policopiada e digitalizada).
- CUSTÓDIO, Jorge (2010) – *100 Anos de Património. Memória e Identidade. Portugal 1910-2010*, coordenação científica e estudos, Lisboa: IGESPAR.
- CUSTÓDIO, Jorge (2011a) – “Renascença” *Artística e Práticas de Conservação e Restauro Arquitectónico em Portugal, durante a 1.ª República: Fundamentos e Antecedentes*, Lisboa: Caleidoscópio.
- CUSTÓDIO, Jorge (2011b) – “Renascença” *Artística e Práticas de Conservação e Restauro Arquitectónico em Portugal, durante a 1.ª República: Património da Nação*, Lisboa: Caleidoscópio (publicada apenas em Maio de 2013).
- CUSTÓDIO, Jorge (2011c) – “Museus de Educação, Museus de Curiosidade e Museus de Especialidade no tempo da 1.ª República: política institucional e Experiências Museológicas”, in *A República, os Museus e o Património*, Coimbra: Museu Municipal de Coimbra, pp. 18-51.
- “Dia de Nun’Alvares”, *Ilustração Portuguesa*, II.ª Série, Lisboa, 1919, p. 84.
- DIAS, Eduardo A. Rocha (1904) – *A Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes desde o XXV aniversario da sua fundação. Synopse elaborada por (...)*, Lisboa.
- DORNELAS, Afonso (1915) – “Heráldica no Museu do Carmo”, in *Boletim da AAP*, 3 e 4, pp. 122-134 e 142-188.
- DORNELAS, Afonso (1923) – “Relatorio da representação da Associação dos Arqueólogos Portugueses na visita aos monumentos portugueses de Ceuta, Alcacer-Ceguer e Arzila em Agosto de 1923”, in *Arqueologia e História*, Vol. II, pp. 173-191.
- DORNELAS, Afonso (1924) – *De Ceuta a Alcácer Kibir em 1923*, Lisboa.
- Estatutos da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, Lisboa: Typographia de Christovão Augusto Rodrigues, 1879.
- Exposição Olisiponense : Catálogo. Plantas e Planos – Vistas e Aspectos – Bibliografia – Vária* (1914) – Lisboa: AAP / Tipografia do Comércio.
- Exposição dos Tapetes de Arrayolos (1917) – Lisboa: AAP.
- FARIA, António Machado de (1937) – “Protectores, Presidentes Honorários e Efectivos. Lauréis concedidos pela Associação – Sócios”, in *Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, vol. IV – Comemorativo do 75.º Aniversário da Fundação da Associação. Lisboa, pp. 37 e ss.
- FONSECA, Quirino da (1923) – “Índice das Matérias Contidas nos Tomos dos Boletins da Associação dos Arqueólogos Portugueses de 1865 a 1921”, in *Arqueologia e História*, Vol. 2, Lisboa: Ed. AAP, pp. 5-51.
- FONTES, Joaquim (1926) – “Uma Excursão Arqueológica à Galiza”, in *Arqueologia e História*, vol. V, Lisboa: AAP, pp. 25-60.
- MARTINS, Ana (2003) – *Possidónio da Silva 1806-1896 e o Elogio da Memória. Um percurso na Arqueologia de Oitocentos*. Lisboa: AAP.
- MARTINS, Ana Cristina Nunes (2005) – *A Associação dos Arqueólogos Portugueses na Senda da Salvaguarda Patrimonial. Cem Anos de Transformação (1863-1963)*, Tese de Doutoramento em Letras (História de Arte), 2 vols., Lisboa.
- MENDONÇA, Henrique Lopes de (1923) – “Monumentos portugueses em Marrocos”, *Diário de Notícias*, 2 de Fevereiro de 1923.
- “Museu Archeologico do Carmo”, *Ilustração Portuguesa*, anno II, n.º 61, Lisboa, 1905, p. 132-133 e n.º 63, p. 117.
- Portugal: Contribution of the Society of Portuguese Civil Engineers. Descriptive Catalogue of the Collection of Albums, Memoirs and Designs Exhibited, World's Columbian Exposition, Engineering Congress at Chicago, 1893*, Lisbon: National Printing Office, 1893.
- RIBEIRO, Vitor e ROSENDO, Carvalheira (1910) – *Influencia da tradição monumental e local no desenvolvimento do “turismo” no paiz*, Memória apresentada pela Real Associação dos Arqueólogos Portugueses no Grande Congresso Nacional de 1910, separata, Lisboa, Casa da Moeda.

SEQUEIRA, Gustavo de Matos (1922) – *Discurso pronunciado na Associação dos Arqueólogos por ocasião da sessão inaugural do Museu da Cidade*, Lisboa.

VASCONCELLOS, José Leite de (1922) – “Prolóquio”, in *Arqueologia e História*, Vol. 1, Lisboa: Ed. AAP.

VITERBO, Sousa (1905) – *Cruzeiros de Portugal. Contribuições para o seu Catalogo Descritivo*, 1ª série, separata do Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, Lisboa, Typ. Lallement.





ASSOCIAÇÃO  
DOS ARQUEÓLOGOS  
PORTUGUESES  
1863–2013

[www.arqueologos.pt](http://www.arqueologos.pt)